



LIVRO ELETRÔNICO

**Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social (BNDES)**

DISCURSIVAS PARA O BNDES

Analista

(Profissional Básico)

**Rodada 1 de Discursivas
(POLÍTICAS PÚBLICAS O PAPEL DO
BNDES NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DO PAÍS)**

Autor:

**Maria das Graças Rua
Alvaro Costa Jr.
Amanda Aires**



Sumário

.....	1
1. METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DO ESTUDO PARA DISCURSIVAS	3
2. REVISÃO TEÓRICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS	7
.....	9
2.1 NOÇÕES BÁSICAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	10
2.1.1 Controvérsias	11
2.1.2 Componentes das políticas públicas (Saravia)	11
2.1.3 Dimensões envolvidas no estudo das políticas públicas	12
2.2 ESTÁGIOS DO CICLO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA POLÍTICA PÚBLICA: FORMULAÇÃO	12
2.2.1 Contribuições do estudo das organizações: Estado, burocracia e discricionariedade	13
2.2.3 Outros conceitos	15
2.3 MODELOS DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	15
2.4 ESTÁGIOS DO CICLO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA POLÍTICA PÚBLICA: IMPLEMENTAÇÃO	20
2.4.1 Problemas, Dilemas e Desafios	21
2.5 IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	22
2.6 FORMAS DE ATUAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA: PROGRAMAS SOCIAIS	35
3. TEMAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS: PERGUNTAS E RESPOSTAS	40
4. DISCURSIVA 1: POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO, O MODELO DE COALIZÕES DE DEFESA E O PAPEL DO BNDES	56
5. DISCURSIVA 2: IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO BNDES	66
6. DISCURSIVA 3: IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA E O PAPEL DO BNDES	71

1. METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DO ESTUDO PARA DISCURSIVAS

Antes de começarmos, vamos lembrar as regras do edital quanto à discursiva de conhecimentos transversais de sua prova:

De acordo com o edital:

8.1.5 2ª Etapa prova discursiva. Essa fase será composta de 5 (cinco) questões: 4 (quatro) questões de Conhecimentos Específicos e 1 (uma) questão de Conhecimentos Transversais, valendo, cada uma, 10 (dez) pontos, totalizando 50,0 (cinquenta) pontos.

8.1.5.1- Será eliminado o(a) candidato(a) que:

a) obtiver aproveitamento inferior a 60% (sessenta por cento) do total da pontuação da prova discursiva;

b) elaborar uma resposta que for assinada e/ou apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a sua identificação.

(...)

8.1.5.2 - A avaliação das questões discursivas levará em conta os aspectos descritos a seguir.

8.1.5.2.1 - Com relação às questões de Conhecimentos Específicos, será aferida a capacidade de lidar com os conceitos, as técnicas e as atividades, expondo com clareza e objetividade aspectos ligados aos conteúdos específicos da ênfase a que se candidatou.

8.1.5.2.2 - Com relação à questão de Conhecimentos Transversais (comum a todas as ênfases), a avaliação considerará:

a) quanto ao conteúdo de Conhecimentos Transversais, atribuindo-se 60% (sessenta por cento) do valor total da questão, a capacidade de lidar com os conceitos, as técnicas e as atividades próprias do conteúdo abordado, aferindo a compreensão, o conhecimento, o desenvolvimento e a adequação desses conceitos, a conexão e a pertinência ao assunto e o atendimento aos tópicos solicitados;

b) quanto ao uso do idioma, atribuindo-se 40% (quarenta por cento) do valor total da questão, a proficiência na instrumentalização de conhecimentos ortográficos, gramaticais adequados à norma-padrão e textuais, observando-se coerência e coesão.

Dedique um tempo desproporcional ao estudo dos tópicos listados na ementa dos Conhecimentos Transversais e Específicos do seu edital. Demonstre compreensão e habilidade para discutir esses conceitos, conectando-os diretamente ao tema da questão.

A prova objetiva é composta por um total de **70 questões**, distribuídas entre quatro seções: Conhecimentos Transversais, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Conhecimentos Específicos. Cada questão possui o valor de 1 ponto, totalizando 70 pontos para toda a prova objetiva. A tabela abaixo mostra a distribuição das questões e seus respectivos pontos:

Seção	Número de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Percentual do Total
Conhecimentos Transversais	20	1	20	28,57
Língua Portuguesa	10	1	10	14,29
Língua Inglesa	5	1	5	7,14
Conhecimentos Específicos	35	1	35	50,00

Com base na tabela, observamos que a seção de **Conhecimentos Específicos** possui a maior pontuação, correspondendo a **35 pontos**, o que representa **50%** do **total da prova objetiva**. A seguir, estão **Conhecimentos Transversais** com **20 pontos (28,57%)**, Língua Portuguesa com 10 pontos (14,29%) e Língua Inglesa com 5 pontos (7,14%).

A prova discursiva consiste em 5 questões, das quais 4 são de Conhecimentos Específicos e 1 é de Conhecimentos Transversais. Cada questão vale 10 pontos, totalizando 50 pontos para a prova discursiva. A tabela abaixo resume a distribuição dessas questões:

Seção	Número de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Percentual do Total
Conhecimentos Específicos	4	10	40	80
Conhecimentos Transversais	1	10	10	20

Na prova discursiva, a seção de Conhecimentos Específicos possui um peso significativo, totalizando 40 pontos, representando 80% do total da prova discursiva. A questão de Conhecimentos Transversais, por sua vez, contribui com 10 pontos, ou seja, 20% do total da prova discursiva.

Apesar de a prova objetiva ter um peso maior, correspondendo a **70 pontos e 58,33% da avaliação final, a prova discursiva, que vale 50 pontos e representa 41,67%**, é um elemento crucial na classificação. Nos concursos de alto nível, a discursiva vem ganhando destaque por avaliar habilidades essenciais, como a capacidade de argumentação, clareza na exposição de ideias e análise crítica. Assim, mesmo com a objetiva sendo importante, a prova discursiva pode ser o verdadeiro diferencial, mostrando a preparação e o domínio do candidato sobre o conteúdo em um nível mais profundo.

Peso das Provas na Avaliação Final

- A prova objetiva possui um total de 70 pontos, representando **58,33%** do total da avaliação final.
- A prova discursiva totaliza 50 pontos, correspondendo a **41,67%** do total da avaliação final.

Peso Das Provas Na Avaliação Final - Resumo

	Tipo de Prova	Total de Pontos	Percentual do Total
1	Objetiva	70	58.33
2	Discursiva	50	41.67
3	Total	120	100.0

Acreditamos que uma boa probabilidade de uma discursiva de conhecimentos transversais sobre principalmente os tópicos da disciplina Papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro:

2.1 História política e econômica do Brasil e o papel do BNDES no desenvolvimento do país; 2.1.1 O papel histórico do BNDES nos diferentes planos econômicos e a questão regional do País; 2.2 O BNDES e as políticas públicas atuais: Novo PAC, Nova Indústria Brasil e Plano de Transformação Ecológica como elementos de neindustrialização e descarbonização da economia; 2.3 O papel dos bancos de fomento no desenvolvimento econômico e social; 2.3.1 Modelos de atuação direto e indireto; 2.4 Formas de atuação do BNDES; 2.4.1 Estruturação e financiamento de projetos de infraestrutura; 2.4.2 Financiamento à exportação; 2.4.3 Financiamento às micro, pequenas e médias empresas; 2.4.4 Atuação via Mercado de Capitais; 2.4.5 Financiamento à indústria.

Associado com algum outro tópico também de conhecimentos transversais. Nessa primeira aula, vamos apresentar uma rodada de temas em políticas públicas conectadas com o papel do BNDES. Para isso, vamos fazer uma revisão teórica em conceitos em políticas públicas.

2. REVISÃO TEÓRICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Um exemplo bem recente:

CONCURSO PÚBLICO
NACIONAL UNIFICADO

QUESTÃO DISSERTATIVA

Considere os Textos a seguir para responder à questão dissertativa.

Texto 1

Uma pesquisa para investigar o falecimento de pessoas que foram expostas ao ambiente prisional mostra que a letalidade é, de fato, uma possibilidade real para quem, no Brasil, se torna uma pessoa sob a custódia estatal, ou seja, um detento ou uma detenta, por cometer um crime.

O levantamento "Letalidade prisional: uma questão de justiça e saúde pública", encomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito da quinta edição da série Justiça Pesquisa, sintetiza essa realidade dos espaços de privação de liberdade do Brasil: morre-se muito, sabe-se pouco, registra-se quase nada; praticamente não se responsabiliza, tampouco se repara. O tempo médio de vida das pessoas depois que saem da prisão é de 548 dias e 28% dessas mortes ocorreram em eventos violentos.

Na apresentação dos dados, são explicitadas as causas da letalidade prisional provocada por morbidades como tuberculose, sífilis, suicídios e outras mortes violentas. Além disso, pessoas que passaram pelo sistema prisional faleceram e tiveram a morte identificada nos processos pela extinção da punibilidade.

Com isso a chamada morte natural é, na verdade, o resultado de um longo e tortuoso processo de adoecimento, falta de assistência, definhamento e óbito. Dos falecimentos dentro das cadeias que foram alvo da pesquisa, 62% tiveram como causa a insuficiência cardíaca; a sepse, ou infecção generalizada; a pneumonia; e a tuberculose. A asfixia mecânica, o estrangulamento ou sufocação indireta e as asfixias não especificadas representam, conforme o estudo, 15% dos casos. As mortes causadas por ferimento de arma de fogo e a agressão por objetos cortantes, penetrantes, perfurantes ou contundentes dentro da unidade prisional, somadas às mortes por enforcamento indireto, chegam a 25%.

A pesquisa lidou com dificuldades na comunicação e no registro do óbito, na garantia de direitos à pessoa custodiada e aos seus familiares, bem como na produção de dados estatísticos de mortes em estabelecimento prisional, hospital de internação psiquiátrica ou durante a saída temporária. O relatório informa que o controle inexistente ou ineficaz de informações sobre as mortes em estabelecimentos de custódia e sobre as violações dos direitos humanos são, em grande parte, decorrentes da violência estatal ou da precariedade das ações de promoção de saúde.

Estudos apontam que o agente penitenciário — identificado na literatura como "burocrata de nível de rua" — atua como intermediador de todas as atividades ligadas aos presos, seu acesso (ou não) a bens e serviços, suas saídas ao mundo exterior, contato com suas famílias, entre outros aspectos. Argumenta-se que tais profissionais são responsáveis pelo tipo de experiência de aprisionamento que o preso terá em nível psicológico: "humana, indiferente ou brutal".

Embora as legislações e regulamentações vindas "de cima" — isto é, do contexto normativo nacional e das regras organizacionais —, o contexto prisional pode proporcionar ao agente acumular diversas funções para a sua atuação: "Os custodiadores não somente têm o direito de emitir as ordens e regulamentos que devem guiar a vida do prisioneiro, mas também têm o direito de deter, julgar e punir qualquer indivíduo acusado de desobediência — uma mescla de funções legislativas, executivas e judiciais, o que tem sido considerado há muito tempo a marca da dominação completa."

Ao olhar para o grupo específico dos agentes penitenciários, é preciso atentar para a complexidade do trabalho exercido e para a importância das relações estabelecidas no contexto prisional na tomada de decisão na implementação da política de saúde prisional. Esse olhar deve considerar condições de dimensões anteriores à sua capacidade de ação no dia a dia.

Dados apontam que a chance de os presidiários contraírem tuberculose, por exemplo, é 30 vezes maior que a do resto da população. Além disso, o risco de morte por enfraquecimento extremo é 1.350% maior para esses indivíduos. A baixa entrada de luz, os espaços com pouquíssima ventilação, a alta taxa de umidade e a presença constante de mofo nas celas são alguns dos fatores que contribuem para a inadequação desses espaços. Outros fatores que contribuem com esse cenário são a má alimentação dos presos e a questão da higiene devido à notável falta de condições básicas necessárias para a manutenção da integridade física desses sujeitos.

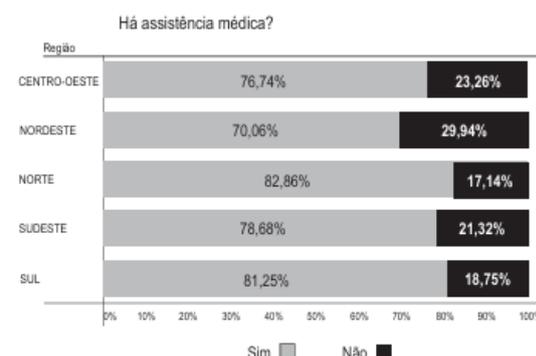
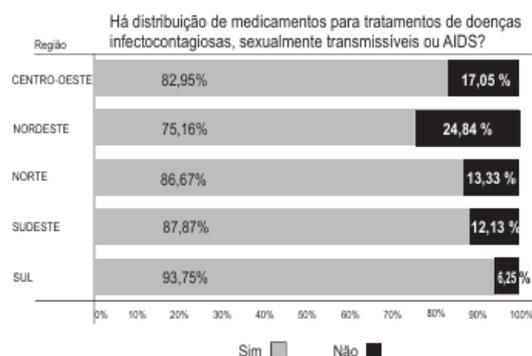
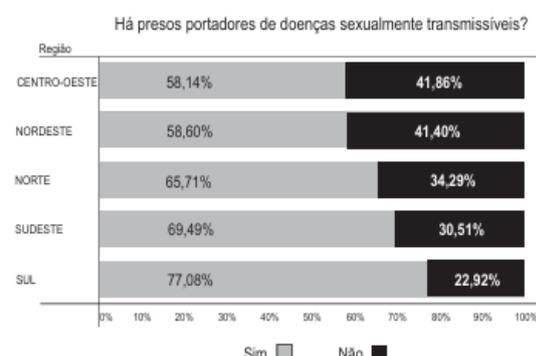
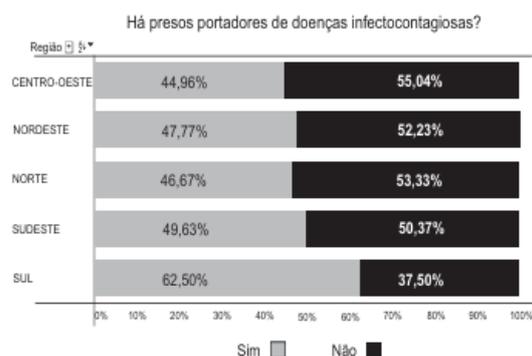
PESQUISA do CNJ destaca problemas de saúde e ameaças contra a vida nas prisões do Brasil. Agência CNJ de Notícias, 12 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisa-do-cnj-destaca-problemas-de-saude-e-ameacas-contra-a-vida-nas-prisoas-do-brasil/>. Acesso em: 25 fev. 2024. Adaptado.

**CONCURSO PÚBLICO
NACIONAL UNIFICADO**

Texto 2

O Ministério da Saúde estabeleceu os critérios mínimos para implementação e funcionamento dos serviços de saúde no sistema prisional nacional, ao aprovar em 2014 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Entretanto, alguns números do sistema prisional ainda apontam limitações.

Os gráficos a seguir foram retirados do Sistema Prisional em Números, que é uma página do site do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Os dados desse Sistema são compilados pelo CNMP, a partir das regulares inspeções aos estabelecimentos penais realizadas pelos membros do Ministério Público de todo o país. Nos gráficos, os números dizem respeito às respostas das unidades prisionais às perguntas que intitulam cada um deles.



CNMP. **Sistema Prisional em Números**. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 25 fev. 2024. Adaptado.

Em uma análise dos gráficos, observa-se o elevado adoecimento da população prisional em contraste com os percentuais de distribuição de medicamentos e assistência médica, por exemplo. Frente aos dilemas na implementação da PNAISP, redija um texto dissertativo contínuo de 35 a 40 linhas sobre a situação descrita analisando:

- o papel dos agentes penitenciários (burocratas de nível de rua) e como sua discricionariedade pode afetar a implementação da política;
- dois aspectos que caracterizam cada uma das dimensões que ocorrem na implementação da política: estrutural e individual;
- como o controle interno pode contribuir para resolução do problema de implementação da política;
- como o controle externo pode contribuir para resolução do problema de implementação da política.

(Valor total: 100,0 pontos)

Para realizar uma prova discursiva de conhecimentos transversais com sucesso, é essencial estabilizar o conteúdo e ter um domínio sólido dos conceitos fundamentais em políticas públicas. Conhecer as diversas teorias, modelos e fases do ciclo de políticas públicas permite ao candidato abordar as questões de maneira mais crítica e abrangente. Ao consolidar esse conhecimento, o candidato desenvolve a habilidade de articular argumentos, exemplificar situações práticas e propor soluções fundamentadas, o que é vital em uma resposta discursiva.

Como visto no exemplo, de prova recente da mesma banca, com tópico semelhante ao que está em nosso edital em conhecimentos transversais, para responder à questão era importante conhecer algo da teoria da implementação de políticas públicas.

Então, vamos lá...

2.1 NOÇÕES BÁSICAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

“Sistema de **decisões** públicas que visa a **ações ou omissões**, preventivas ou corretivas, destinadas a **manter ou modificar a realidade** de um ou vários setores da vida social, por meio da **definição de objetivos e estratégias** de atuação e da **alocação dos recursos** necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (Saravia).

Concepção Estatista ou Estatocêntrica: o fundamento da política pública é o poder do Estado, porque as decisões e ações se baseiam no poder do Estado (extroverso e imperativo) e dependem da estrutura legal de procedimentos institucionais.

Concepção Multi ou Policêntrica: fundamento é a intenção de solucionar um problema “público” (que afeta uma coletividade), independentemente de tomador de decisão ter ou não personalidade jurídica estatal ou do caráter

imperativo (poder extroverso). “Problema” é definido como a diferença entre uma situação desejada e a situação real.

2.1.1 Controvérsias

1-O que torna uma política “pública”? Políticas públicas abrangem somente o que é decidido e implementado ou incluem as não-decisões? Políticas públicas referem-se somente às decisões estruturantes ou também incluem decisões ordinárias?

2-“Problema político = problema público”: é algo que requer ação pública e é assim reconhecido pelos policymakers. Ou é apenas a distância entre a situação real e a situação desejada?

2.1.2 Componentes das políticas públicas (Saravia)

a) **Institucional**: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;

b) **Decisório**: a política é um conjunto de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;

c) **Comportamental**: implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;

d) **Causal**: são produtos de ações e têm efeitos no sistema político e social.

2.1.3 Dimensões envolvidas no estudo das políticas públicas

(Klaus Frey)

(i) **polity**, que se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;

(ii) **politics**, que diz respeito ao processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição de recursos;

(iii) **policy** que se refere aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Celina Souza acrescenta a 4ª dimensão: **as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas.**

2.2 ESTÁGIOS DO CICLO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA POLÍTICA PÚBLICA: FORMULAÇÃO

Estado é estrutura multiorganizacional, dotada de poder imperativo (poder de imposição, qualquer que seja o regime político), controla recursos essenciais à elaboração das políticas: expertise, informação, capacidades organizacionais, autoridade e recursos financeiros. Depende do capitalismo para extrair os recursos que o sustentam e financiam suas políticas. Duas abordagens:

Baseadas na Autonomia do Estado: Modelos centrados nos interesses do Estado (instituições públicas são capazes de exibir autonomia frente aos interesses e poderes da sociedade). “Modelo dos Interesses Burocráticos” (negociações e conflito entre burocracias e organizações; seu poder resulta do seu controle sobre recursos organizacionais, especialmente informação) e

“Modelo dos Interesses do Estado” (Autoridades que comandam as organizações do Estado têm interesses políticos próprios e buscam realizar seus interesses mediante os resultados das políticas).

Baseadas na Autonomia da sociedade: Modelos centrados nos interesses da sociedade (a ação do Estado responde aos estímulos da sociedade). Pluralismo (poder político distribuído entre vários grupos da sociedade que competem por decisões favoráveis, Estado neutro) e Marxismo (classe economicamente dominante exerce também a dominação política. Estado possui “autonomia relativa” frente à classe dominante, mas está subordinado aos interesses de longo prazo do capitalismo).

2.2.1 Contribuições do estudo das organizações: Estado, burocracia e discricionariedade

Sociologia das Organizações – estudos sobre: estrutura e personalidade burocráticas; sistemas organizacionais mecânicos (modelo weberiano) e orgânicos (adaptabilidade); teoria contingencial; aspectos formal e informal das organizações.

Administração – estudos sobre: princípios da administração exitosa das organizações; interpretação das relações humanas e do comportamento dos indivíduos nas organizações (experiência de Hawthorne e teorias “x” e “y”); “teoria da Contigência”; “hierarquia das necessidades”; papel das lideranças e sua influência.

Discricionariedade: margem de autonomia de ocupantes de cargos específicos para que, em determinadas situações, tomem as decisões que entenderem ser as mais convenientes para o interesse público.

Perspectivas da discricionariedade: (i) enfoque da Sociologia/Teoria das Organizações – como se realiza o controle hierárquico da autonomia e como os

subordinados em situação de baixa confiabilidade a exercem; (ii) Políticas públicas da área social – distorções que a burocracia mais próxima do cidadão pode produzir na implementação das políticas; (iii) Direito Administrativo/lei administrativa – discute a flexibilidade das regras, que tem sido preferível à rigidez formal; (iv) Cumprimento da lei – vieses dos agentes do Estado podem alterar as políticas, rigidez ou flexibilidade frente à norma legal.

Burocracia de nível de rua: micropoderes relevantes → possui recursos próprios de poder e pode moldar a política pública conforme suas ideias e crenças.

Poder, racionalidade e tomada de decisões → Q que explica as políticas públicas? São as relações de poder? É o conhecimento? É e o exercício da razão?

Teorias de distribuição de poder: Pluralismo (políticas resultam da competição, cooperação e conflito entre grupos de interesses relativamente equilibrados); **Elitismo** (políticas são produto das preferências das elites dirigentes); **Marxismo** (políticas expressam interesses da classe dominante ou resultam da tensão entre a necessidade de acumulação capitalista e a de legitimação via políticas sociais).

Celina Souza: perspectiva teórica que defende uma “**autonomia relativa**” **do Estado**, reconhecendo que ele tem um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências internas e externas.

Não-decisão (forças políticas recorrem à “mobilização do viés” e usam seus recursos de poder para impedir que questões ameaçadoras sejam incluídas na agenda decisória). **Terceira Face do Poder** (criam-se “falsos consensos” de modo que se oculta a existência dos conflitos de interesses; permanecem como “conflitos latentes”, não se manifestam).

2.2.3 Outros conceitos

Racionalidade-Compreensiva: objetivos são claros e anteriores à decisão; processo decisório envolve levantamento exaustivo das alternativas; análise abrangente e informação aprofundada sobre **todas** as alternativas e suas implicações, tendo como critério a **maximização** dos objetivos e valores.

Racionalidade Limitada: informação incompleta, limitações cognitivas (baixa capacidade de processá-las). Análise das alternativas é limitada, busca **“satisfação”** e não “maximização”

Incrementalismo: Método das Comparações Sucessivas Limitadas e Incrementalismo Desarticulado simplificam as escolhas do decisor: são avaliadas somente alternativas que diferem ligeiramente da política pública vigente; escolhe-se a alternativa “suficientemente boa” (mas não a maximizadora), em torno da qual se forma o consenso no momento da decisão **(Ajuste Mútuo entre as Partes)**

Mixed-Scanning: modelo hierárquico de tomada de decisão abrange decisões estruturantes (decisões superiores, que estabelecem rumos gerais da política pública e as diretrizes das demais decisões; baseiam-se em avaliações estratégicas); decisões ordinárias (menor escopo, subordinadas às estruturantes, análise racional mas não exaustiva, associada a critérios incrementalistas).

2.3 MODELOS DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Escolha Racional Institucional:

(especialmente IAD – Institutional Analysis and Development) analisa como as instituições alteram o comportamento de indivíduos racionais e auto-

interessados, criando a possibilidade de optarem por comportamentos de cooperação em vez do egoísmo.

As regras, os estados do mundo físico e material e a natureza da comunidade: tudo junto afeta os tipos de ação que os indivíduos podem adotar, os custos e benefícios dessas ações e os seus resultados.

A unidade de análise é a "**Arena de ação**", que é o espaço social no qual indivíduos interagem, trocam bens e serviços, lutam e dominam uns aos outros.

É composta pelo "**ator**", que pode ser indivíduo ou organização e pela "**situação de ação**" que é composta por regras (impositivas=leis) normas (auto-impostas) e estratégias: planos regulares que os indivíduos formulam dentro de uma estrutura de incentivos produzida pelas regras e normas, e as expectativas de um comportamento provável dos outros indivíduos.

O "**mundo físico e material**" compreende os recursos tangíveis e ao ambiente físico que são objetos de ação coletiva e decisão: recursos naturais, infraestruturas construídas e também as tecnologias.

A **natureza da comunidade** compreende as normas de comportamento geralmente aceitas na comunidade, o nível de entendimento compartilhado pelos participantes, a extensão da homogeneidade das preferências dos que vivem em uma comunidade e a distribuição dos recursos entre os afetados.

Regras são entendimentos compartilhados pelos atores (o que é permitido, proibido e obrigatório), que estruturam "arenas de ação" complexas.

Indivíduos são "aprendizes falíveis": aprendem com situações e estratégias resultantes da aplicação das regras, mas têm racionalidade limitada, cometem erros.

Redes de Políticas:

estruturas policêntricas, envolvendo diferentes atores, organizações ou núdulos, vinculados entre si a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns e dinâmica gerencial compatível e adequada.

Há horizontalidade e interdependência entre os múltiplos núdulos. Teoria: combina pluralismo com elitismo e escolha racional com institucionalismo. O Estado não é considerado monolítico, mas um sistema composto de múltiplos atores.

A formulação de políticas públicas não resulta predominantemente da ação do Estado mas da interação de muitos atores diferenciados. Seu poder e influência não são definidos somente pelo seu status político-institucional formal, mas também pelos seus vínculos informais.

Vantagens: maior mobilização de recursos e garantia da diversidade de opiniões; possuem capilaridade; criação de presença pública sem criação concomitante de estrutura burocrática; são flexíveis; possuem metas compartilhadas.

Desvantagens: dificuldades quanto à *accountability*; consensos e negociação lentos; responsabilidades no alcance de metas são diluídas; pode afastar participantes dos objetivos iniciais; pode provocar marginalização de determinados grupos; problemas de ação coletiva em geral: dificuldades de controle e coordenação na gestão das redes.

Múltiplos Fluxos:

Não há vínculo causal entre problemas e soluções. Para que uma questão chegue à agenda decisória, é indispensável a convergência de três fluxos independentes: o dos "Problemas", o das "Políticas Públicas" e o da "Política" (politics). Os dois fluxos mais importantes são o dos Problemas (afetado por indicadores, crises e atores visíveis) e o da Política (afetado pelo humor ou clima nacional, forças políticas organizadas e mudanças no governo). Janelas de oportunidade possibilitam a inclusão de questões ou mudança na agenda. As janelas se abrem e se fecham, podendo ser aproveitadas ou não. Os Empreendedores de políticas são atores articulados e bem informados capazes de aproveitar as janelas de oportunidade para influenciar agenda. Fazem isso recorrendo às ideias e imagens de políticas.

Equilíbrio Pontuado:

indivíduos e governos operam por racionalidade limitada. Por isso, os governos se subdividem em subsistemas e macrossistemas. Nos subsistemas, comunidades de políticas formam e compartilham imagens de políticas, criando "monopólios de políticas" e desencorajando mudanças (feedback negativo). Os subsistemas operam por processamento paralelo, apresentam equilíbrio e estabilidade, com mudanças incrementais. Mas ocorrem disputas políticas por novas imagens de políticas, que buscam instituições que as acolham. Mudanças internas e eventos externos criam condições para que a disputa extravase os limites do subsistema e chegue ao macrossistema, que é onde se admitem imagens diferenciadas de política, oferecendo (feedback positivo) e reações favoráveis levando a mudanças rápidas e intensas. A partir daí se estabelece uma nova imagem de política, cria-se um novo status quo e o subsistema volta à estabilidade. Importante papel da mídia para as imagens de política.

Coalizões de Defesa:

Toda política pública resulta de um conjunto de ideias e crenças que compõem um subsistema de política pública. Nesses subsistemas de políticas públicas, agregam-se numerosos atores privados e públicos, provenientes de diferentes organizações e atuantes em diferentes níveis de governo. Eles se unem porque compartilham crenças e objetivos de políticas públicas, percepções de problemas e suas causas, bem como preferências quanto a soluções no longo prazo. Para realizar seus objetivos de longo prazo, esses atores usam recursos como regras, autoridade, orçamentos, pessoal, conhecimento técnico, número de apoiadores. Dentro dos subsistemas existem de duas a quatro coalizões que disputam entre si para que a sua proposta predomine. A política pública muda quando muda a coalizão de defesa dominante. Para isso, é necessário que se combinem mudanças nas condições socioeconômicas e na política, e que essas mudanças externas sejam aproveitadas pelas coalizões antes minoritárias. As variáveis exógenas afetam as restrições e as oportunidades das coalizões. Compreendem os eventos externos (em mudanças no ambiente socioeconômico, as mudanças na coalizão que está no governo e os impactos de decisões políticas tomadas em outros subsistemas) e os parâmetros estáveis do sistema (características de uma determinada área de política pública, distribuição natural dos recursos, valores socioculturais e estrutura social, e a estrutura constitucional básica). Ao se tornar majoritária e dominante, uma coalizão passa a controlar, de forma relativamente duradoura, a formação da agenda, as soluções admissíveis, a definição das alternativas e até a implementação da política pública. Mas a dinâmica dos conflitos políticos favorece a alternância das coalizões e, por consequência, a mudança das crenças e imagens que regem as políticas públicas.

Teoria das Narrativas (Narrative Policy Framework - NPF)

é uma teoria do processo de formulação de políticas que investiga o papel empírico das narrativas de políticas no processo de políticas públicas, “se” e “como” essas narrativas influenciam os resultados das *policies*. **Narrativas de políticas públicas** são histórias construídas por atores políticos a fim de moldar a percepção pública e a compreensão de questões políticas de determinada maneira, definir agendas e influenciar o processo de tomada de decisão. São usadas para simplificar questões complexas, gerar apoio ou oposição a determinadas políticas e legitimar a ação ou inação política. **São histórias estratégicas com cenário, enredo, personagens (vilões e mocinhos), e uma lição moral.** Podem incluir componentes adjuvantes, como um mecanismo causal e estratégias narrativas, como as distribuições de custos e benefícios e crenças políticas. Existem disputas entre diferentes narrativas para serem dominantes. A política pública expressa a narrativa que se tornou hegemônica. Isso ocorre quando uma narrativa consegue **retratar um problema político de modo que o curso de ação proposto pelo contador e seu grupo aparente ser o interesse público mais amplo.** A NPF é consistente com as teorias dos múltiplos fluxos, do equilíbrio pontuado e das coalizões de defesa

2.4 ESTÁGIOS DO CICLO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA POLÍTICA PÚBLICA: IMPLEMENTAÇÃO

É o conjunto de decisões e ações realizadas por grupos ou indivíduos, de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões precedentes sobre políticas públicas (faz uma política sair do papel).

2.4.1 Problemas, Dilemas e Desafios

Problemas da implementação de políticas

- i) ambiguidades, brechas e omissões legais na definição da política pública; decisões essenciais de formulação da política são adiadas para a implementação.
- ii) conflitos de coordenação e cooperação intergovernamentais;
- iii) falhas de comunicação intragovernamental e intergovernamental;
- iv) inconsistência e contradições entre as ideias e percepções dos implementadores e as que regem as políticas em cuja implementação estão envolvidos;
- v) ajustes nos recursos financeiros, humanos ou organizacionais das políticas;

Dilemas da implementação de políticas

- i) qual deve ser extensão da discricionariedade dos implementadores? Devem ser controlados ou devem ter autonomia? Em que medida?
- ii) decisores devem estabelecer o arranjo político-institucional da implementação segundo o modelo *Top-Down* ou *Bottom-Up*?
- iii) que princípios devem reger a implementação em uma Federação desigual: autonomia dos entes ou garantia de atendimento às necessidades dos cidadãos?

Desafios da implementação de políticas

- i) coordenação federativa;
- ii) participação social na ação governamental e responsabilização dos gestores;
- iii) implementação e avaliação como instrumentos de mudança de direção da política e de "policy learning";
- iv) governança nas políticas (regras e arranjos institucionais que sustentam cooperação, coordenação, negociação);

v) intersetorialidade.

2.5 IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Carol WEISS (1998) → *avaliação consiste em uma análise sistemática do processo e/ou dos resultados de um programa ou política, em comparação com um conjunto explícito ou implícito de padrões, com o objetivo de contribuir para o seu aperfeiçoamento.*

Casa Civil/IPEA (2018) estabeleceram que:

PRODUTOS (outputs) são os frutos diretos e quantificáveis das atividades da política, entregues imediatamente pela realização de suas atividades. Exemplo: o número de beneficiários servidos, o número de horas de duração de uma intervenção, o número de funcionários treinados, a quantidade de benefícios entregue etc.;

RESULTADOS (outcomes) de uma política são mudanças observadas no curto prazo sobre indivíduos, grupos ou instituições, como resultado da intervenção realizada.

Casa Civil/IPEA: IMPACTOS de uma política são mudanças de longo prazo promovidas sob o aspecto ou a perspectiva futura de seus beneficiários ou grupo no qual se inserem. Por exemplo, um aumento de bem-estar da população em relação ao tema da intervenção.

IMPACTOS→ São os “resultados dos resultados”

Público-alvo	É o conjunto de pessoas ao qual se destina uma intervenção. Também pode ser denominado <u>população-objetivo, população-meta ou grupo focal</u> .
Insumo	Os INSUMOS de uma política são os recursos necessários para a sua execução: financeiros, físicos (equipamentos, materiais, instalações), humanos (número, tipo, qualificação) ou outros, visando a realizar as metas e objetivos pretendidos.
Produto	São entregas diretas e quantificáveis, resultantes imediatas das atividades da política. Os produtos podem ser preliminares, intermediários ou finais.
Meta	São produtos expressos quantitativamente, contendo informação sobre que <u>quantidade</u> de qual <u>produto</u> deve ser produzida em que <u>prazo</u> . As metas podem ser, elas próprias, objetivos específicos ou partes dos objetivos específicos.
Objetivos	Objetivo é a descrição clara e precisa de uma situação-problema resolvida. <u>Objetivo superior</u> corresponde aos impactos pretendidos, que deverão ser atingidos mediante a consecução dos objetivos gerais. <u>Objetivo geral</u> corresponde aos efeitos pretendidos(outcomes), que deverão ser alcançados mediante a consecução dos objetivos específicos. <u>Objetivos específicos</u> correspondem aos produtos(outputs).
Efeito	É a mudança (positiva ou negativa) provocada por uma intervenção na realidade. Os efeitos guardam relação direta com os produtos finais de uma intervenção.
Impacto	É a mudança positiva ou negativa, prevista ou imprevista, decorrente dos efeitos de uma intervenção. São results dos resultados. Usualmente os impactos são observados no médio ou longo prazo e não se limitam à órbita restrita da intervenção, podendo atingir outras esferas. Ex. Aumento da escolaridade materna, que leva à redução da mortalidade infantil.

Fonte: Elaboração de Maria das Graças Rua

Tipologias de avaliação.

- **conforme o ponto do ciclo da política, do programa ou do projeto** : classificam-se em: *ex ante* e "*ex-post*" para a Casa Civil/IPEA (embora haja autores que incluem avaliação intermediária, "in-itinere" ou de meio-termo).
- **conforme a sua função** classificam-se em: formativa, somativa e, para alguns, avaliação de conformidade.
- **conforme a origem dos avaliadores** classificam-se em: externa, interna ou mista.
- **conforme os envolvidos na avaliação**: pode ser avaliação por pares ou especialistas, por adversários, por participantes ou avaliação participativa.
- **conforme o foco ou objeto** classificam-se em: avaliação centrada em objetivos versus independente de objetivos; centrada na administração versus avaliação de desempenho; centradas em usuários ou consumidores, etc..
- **conforme a lógica que orienta sua concepção**: baseada na Teoria do Programa, na Teoria da Implementação ou na Teoria da Mudança do Programa.
- **conforme a ênfase metodológica** classificam-se em: avaliação quantitativa ou qualitativa, etc.

Casa Civil/IPEA(2018) → a análise ex ante não se aplica somente às políticas “novas”, mas deve ser realizada em três diferentes momentos:

- 1) Na criação de política pública “nova”, que não faça parte da programação governamental vigente ou agregação e desagregação de políticas públicas já existentes, não tendo recebido dotação orçamentária anteriormente.
- 2) Na expansão de política pública: ação que acarrete o aumento no valor da programação orçamentária, da renúncia de receitas e de benefícios de natureza financeira e creditícia para ampliar política pública já existente.
- 3) No aperfeiçoamento de política pública: ação de alteração no desenho de política pública já existente na programação governamental em execução, podendo ou não ocasionar aumento orçamentário.

A avaliação ex ante é um instrumento do processo decisório utilizado para decidir a respeito de diversos aspectos de uma intervenção, ao longo da formulação e reformulação da *policy*, e não simplesmente antes de a implementação, de fato, tornar-se realidade.

O que define a avaliação ex ante não é a implementação, mas sim o tipo de ação a ser realizado com relação à política: de criação, de expansão ou de aperfeiçoamento.

A **avaliação ex ante** integra as discussões em torno das alternativas de solução; e envolve a tomada de decisão, informando sobre os seus riscos e as suas limitações, as vantagens a maximizar, a consistência entre objetivos e meios, a viabilidade e suficiência dos insumos, a pertinência das soluções à esfera de atuação das organizações abarcadas na intervenção pretendida, entre outros.

Casa Civil/IPEA (2018) → avaliação *ex ante* deve contemplar diversas “etapas” (que, para outras abordagens, corresponderiam a diferentes tipos de avaliação):

- “(i) **diagnóstico do problema**;
- (ii) **caracterização da política**: objetivos, ações, público-alvo e resultados esperados;
- (iii) **desenho da política**;
- (iv) **estratégia de construção de confiabilidade e credibilidade**;
- (v) **estratégia de implementação**;
- (vi) **estratégias de monitoramento, de avaliação e de controle**;
- (vii) **análise de custo-benefício**; e
- (viii) **análise do impacto orçamentário e financeiro.**”

Itens (vii) e (viii) são estimativas prévias de eficiência e de impacto do desenho de determinada intervenção. A avaliação *ex ante* de eficiência corresponde, especificamente, ao cálculo de custos de cada alternativa.

AVALIAÇÃO EX POST

Perspectiva generalizada

1-refere-se à avaliação que é concebida sem relação com o planejamento e nem mesmo com o processo de implementação, sendo adotada quando a política pública, o programa ou o projeto se encontra consolidado ou em fase final.

2-refere-se estritamente **ao momento do tempo** em que é realizada a avaliação e, portanto, ao estágio da intervenção que é submetido à avaliação.

Nesse sentido, a **avaliação ex-post compreende tanto as avaliações intermediárias ou de meio-termo** (quando se trata de intervenções que estão sendo realizadas há tempo suficiente para que sejam reconhecidos tanto os seus processos como os seus produtos: bens e serviços de produção ou prestação continuada) **como as avaliações finais, de efeitos e de impactos.**

AVALIAÇÃO EX POST

Perspectiva restrita → não se refere ao momento em que se pensa ou se planeja a avaliação.

REFERE-SE ao que é calculado: o custo efetivo de cada alternativa, pelo mesmo processo de análise de custos da avaliação *ex ante*, porém tendo como referência os valores efetivamente despendidos.

Usando os mesmos procedimentos de cálculo, na avaliação *ex post*, os impactos são mensurados por meio da comparação entre **a situação inicial da população-alvo (baseline)** e a sua situação ao final de um período determinado de tempo.

Pode-se também comparar os impactos observados com os impactos estimados na avaliação *ex ante*, a fim de verificar se a seleção de alternativas de intervenção foi ótima.

Casa Civil/IPEA(2018) → avaliação *ex post* permite levantar evidências sobre o desempenho da política pública, sendo uma ferramenta fundamental para orientar a tomada de decisão durante – ou após – a execução da mesma

Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas, volume 2 → distingue tipos de avaliação *ex post*:

1. Avaliação Executiva é um tipo de avaliação rápida (no máximo 6 meses) que permite estabelecer o panorama geral acerca de determinada política pública para identificar claramente fragilidades relacionadas, especialmente, ao seu desenho, à sua gestão e implementação bem como seus pontos de aprimoramento e apontar a necessidade de eventual avaliação mais aprofundada de tópicos específicos

2. Análise do Diagnóstico do Problema: na etapa de execução da política pública destina-se a averiguar se o diagnóstico que ensejou a criação dessa política estava correto e verificar se tal percepção se mantém atual.

Conforme o resultado, pode-se justificar a continuidade da intervenção ou o seu encerramento, ou ainda, fundamentar outras alterações na intervenção em

foco. Caso o diagnóstico demande uma atualização, isso poderá levar à reformulação da política.

3. Avaliação de Desenho da Política → é a revisão do desenho original da formulação da política, analisando seus pressupostos, suas evidências mais recentes – tanto para a performance do desenho atual quanto para desenhos alternativos experimentados em políticas similares –, os incentivos gerados, a população a ser focalizada e priorizada, etc.

→ compreende a revisão da teoria do programa, verificando a sua consistência lógica ou coerência interna para identificar a possibilidade de erros ou falhas no desenho e propor mudanças para superá-los.

4. Avaliação da Implementação ou Avaliação de Processos: verifica se a política é executada conforme o seu desenho; se os elos entre os insumos, os processos e os produtos estão condizentes com o esperado, ou se podem ser aprimorados.

→ contempla o levantamento e a descrição dos diferentes processos envolvidos na execução da política pública, necessários para a transformação dos insumos nos produtos pretendidos

5. Avaliação de Governança da Política Pública: avalia se a implementação de políticas públicas está dotada de capacidades estatais adequadas ao nível de complexidade dos problemas que pretende solucionar. Capacidades estatais → duas dimensões interdependentes:

- i) técnico-administrativa → desenvolvimento de burocracias competentes e profissionalizadas, dotadas de recursos organizacionais, financeiros e tecnológicos necessários para conduzir as ações de governo de forma coordenada; e
- ii) político-relacional → capacidade de incluir, dialogar e articular múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos), visando à construção de consensos mínimos e coalizões de suporte aos planos, programas e projetos governamentais

6.Avaliação de Retorno Econômico e Social → destina-se a averiguar se a formulação da política pública considerou os custos e os benefícios de cada alternativa e se, do ponto de vista econômico e social, os benefícios da alternativa selecionada superam os seus custos.

7.Avaliação de Custo-Benefício→ é um tipo de avaliação econômica que pode ser realizada como análise *ex ante* ou *ex post*.

A partir da definição de custos e benefícios, estabelecem-se os favorecidos diretos e indiretos do programa a ser adotado.

Para comparar os custos e os benefícios de diferentes alternativas é fundamental a identificação e a monetização dos itens estabelecidos como relevantes.

8.Avaliação de resultados→ **identifica:**

i) se há variáveis de resultados e de impactos da política definidas, mensuráveis e disponíveis;

ii) se há evidências de que esses resultados estão sendo alcançados ao longo do tempo, conforme o planejamento da política.

Examina a qualidade dos indicadores utilizados para a construção das metas (se são relevantes, comparáveis, periódicos e desagregáveis).

Inclui a análise da percepção da população atendida e o seu nível de satisfação.

9.Avaliação de Impactos→ testa as hipótese do Modelo Lógico de uma política, mediante a quantificação dos efeitos causais desta. Para isso é fundamental a **noção de contrafactual**.

O **contrafactual é uma hipótese que nega a ocorrência de um fato ou evento real para imaginar o que seria a realidade se tal evento não tivesse ocorrido.**

→ "Se "X" não tivesse acontecido, "Y" teria acontecido?"

Para calcular o impacto de uma política, é preciso observar, **ao mesmo tempo:**

- i) o que aconteceu como resultado da implementação da política – “X”; e
- ii) o que teria acontecido se esse resultado não tivesse acontecido – “Y”.

IMPACTO DA POLÍTICA → **É a diferença entre o que ocorreu nessas duas situações .**

MAS → **é impossível observar simultaneamente algo que aconteceu e que NÃO aconteceu.** Por isso **o contrafactual deve ser estimado para se calcular o efeito causal da política pública.** Existem diferentes estratégias empíricas para determinar como será estimado o contrafactual.

Abrahão de CASTRO → Avaliação de impacto é aquela que procura constatar os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade. Ou seja: para além dos beneficiários diretos da intervenção pública.

→ Dois pressupostos orientam a avaliação de impacto:

- (i) Existe propósito de mudança social na política em análise; e
- (ii) Existe uma relação causal entre a política e a mudança social provocada.

A principal ferramenta metodológica é o “método experimental”.

MAS → os procedimentos aleatórios próprios do método experimental, não são viáveis nas ciências sociais → adotaram-se procedimentos aproximados, que são conhecidos como “método quasi-experimental”.

“Método da diferença em diferença” (ou “dif-in-dif”) → caracteriza-se por efetuar observações dos grupos experimentais e dos grupos de controle nos momentos anterior e posterior a uma intervenção.

Esse método distingue as diferenças verificadas em cada grupo em Tzero (antes da intervenção), T1 e Tn (após a intervenção). **As diferenças encontradas corresponderiam aos impactos da intervenção**

De acordo com os objetivos da avaliação distinguem-se os seguintes tipos:

1.Avaliação de Conformidade, que examina a aderência à lei dos atos normativos da política pública, do programa ou do projeto e também dos atos do gestor na condução das suas atividades na gestão da “coisa pública”.

Também chamada “avaliação de accountability”, tendo por finalidade averiguar “*em que medida um programa observa as diretrizes, regulamentos, padrões legais ou qualquer outra expectativa formal*”.

Em uma concepção alternativa, pode-se entender conformidade como a aderência da implementação da *policy* à sua concepção original, tanto em termos de procedimentos quanto em termos de orientação para os resultados previstos, público-alvo, etc

2.Avaliação Formativa, também conhecida como “retroalimentadora”

é um recurso de apoio à tomada de decisão durante todo o processo da política pública, em relação à estrutura ou ao desenho do programa ou projeto, aos ajustes necessários, às melhorias da gestão, etc.

Tem a natureza de diagnóstico parcial e contextual e leva a decisões sobre o desenvolvimento do programa ou projeto, inclusive, suas modificações e revisões.

3.Avaliação Somativa destina-se a subsidiar decisões finais, terminativas, sobre a execução, a continuidade ou o encerramento de um programa ou um projeto associado à determinada política pública.

Representa tanto um instrumento de gestão como de responsabilização e, especialmente, de aprendizagem organizacional.

MONITORAMENTO

→ é o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas → um processo contínuo, ao longo da implementação, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública.

→ **informação mais simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política.**

→ **objetivo: controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas.**

→ **permite identificar problemas e falhas durante a execução que prejudicam as ações, os processos ou os objetivos da política pública → a fim de corrigir rumos ou ajustar os planos de implementação**

→ **retroalimentação do ciclo de ajustes de uma política e o seu plano de gestão de riscos → requer o monitoramento como rotina.**

Em apoio ao planejamento da política, a avaliação e o monitoramento são atividades contínuas e integradas, de forma a: i) medir continuamente; ii) comparar o resultado obtido e o previsto; e iii) tomar decisões sobre medidas corretivas que reduzam falhas e elevem a eficiência.

→ **AVALIAÇÃO É O EXAME DISCRETO - de processos, produtos, qualidade, efeitos e impactos das ações realizadas → Envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política**

→ **MONITORAMENTO É O EXAME CONTÍNUO de insumos, atividades, processos, produtos, efeitos e impactos das ações realizadas, com a finalidade de otimizar a sua gestão. O monitoramento é uma função inerente à gestão dos programas; seus resultados são aplicados no aperfeiçoamento do trabalho de equipe e na tomada de decisões; deve propiciar aprendizagem organizacional.**

ACOMPANHAMENTO → são atividades de registro e de documentação do processo de implementação da política pública, com a finalidade de assegurar o cumprimento do Plano de Atividades ou Plano de Ação, sem questionar a sua pertinência frente ao problema a ser solucionado.

Caracteriza-se pelas **atividades de supervisão, fiscalização e controle**. As informações obtidas tendem a ser formais e superficiais, e geralmente são apenas registradas e informadas, nem sempre sendo analisadas.

AVALIAÇÃO → COMO MEDIR?

Mediante **INDICADORES** → unidades de medida que funcionam como sinais de alguma tendência, característica, resultado ou comportamento.

→ Indicadores sempre são variáveis, já que podem assumir diferentes valores.

→ Os indicadores devem ser definidos em termos operacionais, ou seja, mediante as categorias pelas quais se manifestam e podem ser medidos.

→ FERREIRA, CASSIOLATO E GONZALES (2009) "*indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado*".

→ Para que a utilização dos indicadores permita chegar às conclusões necessárias, devem ser estabelecidos **padrões ou parâmetros** a serem aplicados aos **indicadores de cada critério**.

O padrão ou parâmetro designa o valor que o indicador deve atingir para que se possa considerar que o critério correspondente foi satisfeito.

INDICES → **consistem em relações observáveis entre duas ou mais variáveis ou entre uma variável e uma constante, que assumem um formato padronizado, permitindo indexar os valores obtidos.**

Exemplo: o número de leitos hospitalares por grupo de 1.000 habitantes expressa a relação entre uma variável e uma constante.

Os **índices que expressam relações entre duas ou mais variáveis** contêm, em si mesmos, informações relevantes, ainda que a comparação possa enriquecer a análise.

Exemplo: O número de alunos aprovados dividido pelo número de alunos matriculados traz informação sobre o desempenho de uma classe, uma escola, um professor, uma metodologia, etc.

Índices sintéticos ou Indicadores Multidimensionais: são estruturados em várias dimensões (que são compostas por grupos de variáveis) cujo valor é

ponderado. Exemplo: IDH, que inclui as dimensões de renda, escolaridade e saúde

PROPRIEDADES DOS INDICADORES

- a) **validade ou fidedignidade:** capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja mensurar e analisar.
- b) **confiabilidade:** indicadores devem ser alimentados por fontes confiáveis, que adotem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta e processamento de dados;
- c) **mensurabilidade:** capacidade de alcance (periodicidade) e mensuração o mais atualizadas possível, com a maior precisão e acurácia possíveis;
- d) **sensibilidade:** capacidade que um indicador possui de refletir tempestivamente as mudanças na realidade, provenientes de uma intervenção, ou não;
- e) **desagregabilidade:** capacidade de representação segmentada por grupos sociais, regionais, demográficos, etc.;
- f) **economicidade:** possibilidade de o indicador ser obtido a custos módicos;
- g) **rastreabilidade:** capacidade de estabelecimento de séries históricas, que permitam comparações;
- h) **simplicidade:** facilidade de obtenção, construção, manutenção, comunicação, entendimento e reconhecimento pelo público em geral, interno ou externo;
- i) **auditabilidade ou transparência:** sua composição e sua estrutura lógica devem ser abertas ao público, sem fórmulas obscuras ou sujeitas à manipulação
- j) Para usar os indicadores, é indispensável estabelecer sua linha de base (*baseline*).
- k) **Linha de base** é um dado quantitativo ou qualitativo que fornece informações acerca de uma situação imediatamente antes que uma intervenção se inicie; ou no princípio do processo de uma intervenção ou,

ainda, no princípio do monitoramento. Pode ser definida como o ponto de partida de uma série histórica de um indicador.

- l) Sem os valores da linha de base da realidade que a política pretende mudar, será impossível, no futuro, desenvolver qualquer avaliação relevante sobre a consecução dos seus objetivos.
- m) **PORÉM→ A causalidade entre os componentes de uma intervenção não pode ser constatada somente pela diferença entre os valores dos indicadores pré e pós-intervenção.**
- n) **Critérios de Avaliação:**
- o) **Eficácia** é a capacidade de alcançar os objetivos estabelecidos. Os indicadores de eficácia demonstram se os produtos foram entregues no prazo fixado.
- p) (OBSERVAÇÃO→A **eficácia de um indicador** resulta da sua capacidade de aferir o que se pretende.)
- q) **Produtividade** refere-se às entregas de bens e/ou serviços (outputs) de um processo produtivo qualquer, .
- r) **Economicidade** expressa uma relação entre a quantidade de recursos de todo tipo utilizados para produzir um dado bem ou serviço, portanto o seu o custo, comparado com os parâmetros de custos utilizados para avaliação.
- s) → **NBASP 9020 - Avaliação de Políticas Públicas, Resolução IRB 04/21**, "o princípio da economicidade significa minimizar os custos dos recursos. Os recursos usados devem estar disponíveis tempestivamente, em quantidade suficiente, na qualidade apropriada e com o melhor preço".
- t) **Critérios de Avaliação:**
- u) **Eficiência econômica**→ relação entre inputs (recursos utilizados) e outputs (produtos). Os indicadores de eficiência dizem em que medida os recursos utilizados para gerar um produto estão sendo otimizados ou desperdiçados, por falha nos insumos ou nos processos

- v) **Eficiência administrativa** → refere-se à observância de prescrições, ou seja, do nível de conformidade (compliance) da implementação frente às regras preestabelecidas.
- w) **Efetividade** são os "impactos gerados pelos produtos/serviços, processos ou projetos. A efetividade está vinculada ao grau de satisfação ou ainda ao valor agregado, a transformação produzida no contexto em geral." (MPOG, 2009, p.19)
- x) **Efetividade** → **diz respeito à capacidade de produzir ou maximizar efeitos e impactos na realidade que se quer transformar. Ou seja: mudanças reais e permanentes na sociedade.**

2.6 FORMAS DE ATUAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA: PROGRAMAS SOCIAIS

Organização e funcionamento dos sistemas de programas nacionais

	SUS	SUAS	FUNDEB
O que é	Política pública da saúde. Instituído pela Lei 8.080/1990 . Completar	Política pública da assistência social. Instituído pela Lei 8.742/1993. Segue o modelo de "sistema único" do SUS.	Instrumento de financiamento da Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos. Instituído pela EC 53/2006 (art. 60 CF/88), para o período 2007-2020 e tornado permanente pela EC-108/2020.
Organização institucional	SUS é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração Direta e Indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, podendo a iniciativa privada participar em	SUAS é constituído pelos entes federativos, pelos respectivos Conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas na LOAS (ex.: Centros de Referência e Centros de Referência Especializado da	Fundo de natureza contábil, destinado à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação (não menos de 60% de cada Fundo destina-se ao pagamento dos profissionais do magistério em efetivo

	<p>caráter complementar. Opera de forma descentralizada, regionalizada, com direção única em cada esfera de governo, e com serviços organizados hierarquicamente, por grau de complexidade.</p>	<p>Assistência Social – Cras e Creas). Opera de forma descentralizada, com comando único em cada esfera de governo, com participação da população e primazia da responsabilidade do Estado na condução da política.</p>	<p>exercício; restante vai para atividades educacionais). É de âmbito estadual (1 Fundo por estado e 1 para DF), no total de 27 Fundos.</p>
	Continuação		
	SUS	SUAS	FUNDEB
Articulação federativa	<p>CIT, CIBs e CIRs. CIT e CIBs: instâncias de pactuação entre os gestores dos entes federativos quanto aos aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada. CIT: nacional, reúne gestores federais, representantes de gestores estaduais e representantes de gestores municipais. CIBs: estaduais, reúnem o gestor de cada estado e representantes dos gestores municipais. CIR: integrada paritariamente por dirigentes da Secretaria Estadual de Saúde e do órgão de representação dos Secretários Municipais de Saúde.</p>	<p>CIT e CIBs. CIT e CIBs: instâncias de pactuação entre os gestores dos entes federativos quanto aos aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada. CIT: nacional, reúne gestores federais, representantes de gestores estaduais e representantes de gestores municipais. CIBs: estaduais, reúnem o gestor de cada estado e representantes dos gestores municipais.</p>	<p>Não são definidas instâncias específicas para realizá-la. <u>Não há comissões intergestores</u></p>

	Continuação		
	SUS	SUAS	FUNDEB
Arranjo institucional de tomada de decisão	<p>Compreende Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Conferência Nacional; Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde estaduais e municipais.</p> <p>Todos os Conselhos e Conferências são entidades deliberativas, de representação e composição paritária entre o governo e a sociedade.</p>	<p>Compreende Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) e Conferência Nacional; Conferências de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social estaduais e municipais.</p> <p>Todos os Conselhos e Conferências são entidades deliberativas, de representação e composição paritária entre o governo e a sociedade.</p>	<p>No âmbito da política de educação como um todo (e não apenas Educação Básica) há: Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conferência Nacional; Conferências de Educação e Conselhos de Educação (Estaduais e Municipais), com características semelhantes às do SUS e do SUAS.</p>

	Continuação		
	SUS	SUAS	FUNDEB
Financiamento	<p>Recursos do Orçamento da Seguridade Social da União, estados, DF e municípios, além de outras fontes. No âmbito federal, recursos são administrados pelo Ministério da Saúde (MS), por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Estados e municípios têm seus próprios Fundos. Conselhos de Saúde fiscalizam movimentação dos recursos. Transferências intergovernamentais são automáticas, por transferência "fundo a fundo", que permite o repasse sem necessidade de convênio entre os entes. União deve aplicar o valor empenhado no orçamento anterior, acrescido da variação nominal do PIB; estados e DF devem aplicar 12% de alguns tributos arrecadados por eles; municípios, 15%. Emenda Constitucional 95/2016 → "Teto de Gastos", estabeleceu um limite para o crescimento das despesas públicas federais em geral, incluindo saúde, atrelado à inflação do ano anterior.</p>	<p>Recursos do Orçamento da Seguridade Social da União, estados, DF e municípios, além de outras fontes. No âmbito federal, recursos são administrados pelo MDS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Estados e municípios têm seus próprios Fundos. Conselhos da Assistência Social fiscalizam movimentação dos recursos. Transferências intergovernamentais são automáticas, por transferência "fundo a fundo", que permite o repasse sem necessidade de convênio entre os entes. Não há percentual orçamentário obrigatório para aplicação. Recursos sujeitos à negociação e previsão orçamentária. Porém, União arca totalmente com o financiamento do BPC e Bolsa-Família.</p>	<p>Fundeb é constituído por recursos de estados, DF e municípios (FPE, FPM, ICMS, IPVA e IPI de exportação, entre outros). Recursos são distribuídos entre cada estado e seus municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da Educação Básica presencial, matriculados nas respectivas redes, em seus âmbitos de atuação prioritária. A transferência dos recursos é direta, sem necessidade de convênio. A União deve complementar os recursos sempre que o Estado não alcançar o valor mínimo por aluno definido nacionalmente. Conselhos dos fundos fiscalizam movimentação dos recursos. União aplica, anualmente, nunca menos de 18%, e estados, DF e municípios, 25%, no mínimo, da receita de impostos. á contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, com cotas estaduais e municipais de arrecadação.</p>
	Continuação		

	SUS	SUAS	FUNDEB
Alguns desafios da gestão descentralizada	<p>a) problemas da municipalização da saúde (municípios heterogêneos, com capacidades diferentes, ineficiências, comportamento oportunista entre municípios);</p> <p>b) relação e papéis de cada ente federativo e regionalização efetiva do SUS;</p> <p>c) dificuldades de financiamento;</p> <p>d) serviços que traduzam a integralidade da assistência à saúde;</p> <p>e) garantia de acesso oportuno, adequado e seguro, que tem gerado “judicialização da saúde”;</p> <p>f) procura da equidade na utilização dos recursos públicos destinados à saúde, que se confronta com a prática de subsídios diretos e indiretos ao segmento privado de atenção e a seus beneficiários.</p>	<p>a) inexistência de legislação que fixe os serviços mínimos a serem ofertados pelos diferentes âmbitos governamentais;</p> <p>b) inexistência de legislação que determine vinculação de parcelas orçamentárias dos entes federativos à política de assistência social;</p> <p>c) práticas clientelistas;</p> <p>d) diferenças nas capacidades financeira, técnica e operacional dos municípios e regiões brasileiras – ex.: desigualdades de investimento;</p> <p>f) necessidade de construção de instâncias de concertação e de tomada de decisão que agreguem gestores dos entes da Federação em torno do acordo de prioridades e estratégias.</p>	<p>a) descentralização e transferência de recursos e matrículas ocorreu muito rapidamente, não houve tempo suficiente para entes federativos se prepararem adequadamente para assumir novas responsabilidades;</p> <p>b) relativa perda de escala e escopo para implementação de ações como a formação de professores;</p> <p>c) parâmetros da descentralização são questionados, pois as diretrizes do sistema de ensino encontram-se restritas à cúpula dirigente do MEC, com descentralização apenas na execução da política.</p>
	Continuação		
	SUS	SUAS	FUNDEB
Avanços na gestão descentralizada	<p>a) descentralização expandiu significativamente participação das</p>	<p>a) pactuação federativa, que passou a ser exigida após o início da</p>	<p>a) visa induzir cooperação federativa e reduzir comportamentos</p>

	<p>esferas subnacionais na gestão e no financiamento do sistema, e na provisão de ações e serviços de saúde; e</p> <p>b) desigualdades inter-regionais que prevaleciam no sistema pré-CF/88 reduziram.</p>	<p>implementação do SUAS, estruturou os serviços nos territórios, respeitando-se as diversidades regionais e locais quanto ao porte dos municípios (corroborando para consolidação do SUAS e reforçando os papéis de cada ente federativo).</p>	<p>oportunistas entre os entes;</p> <p>b) visa minimizar desigualdades socioeconômicas regionais;</p> <p>c) incentiva os entes a cumprir suas atribuições na implementação e aplicar recursos de modo eficiente.</p>
--	--	---	--

3. TEMAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS: PERGUNTAS E RESPOSTAS

Para estabilizar o conteúdo de políticas públicas, vamos apresentar uma série de temas pertinentes acompanhados de perguntas e respostas. Embora essas questões não sejam exatamente as discursivas que acreditamos serem cobradas nas provas, elas serão extremamente úteis para a fixação do conteúdo e compreensão dos conceitos-chave. Esses temas têm alta probabilidade de aparecer como conhecimento transversal, oferecendo uma base sólida que pode ser aplicada na sua prova discursiva.

3.1. Explique o que é a teoria da Escolha Racional Institucional e descreva os principais aspectos do Institutional Analysis and Development Framework (Abordagem IAD), formulado por Elinor Ostrom.

A Teoria da Escolha Racional Institucional dedica-se a analisar como o comportamento dos indivíduos, que são seres racionais e auto interessados, é alterado pelas regras institucionais, ou seja, as regras do jogo político. Procura entender de que forma as instituições afetam os indivíduos, os seus incentivos e, conseqüentemente, os

comportamentos adotados por eles. Nessa linha, uma das mais expressivas contribuições é a de Elinor Ostrom, denominada “Institutional Analysis and Development Framework” (ou abordagem IAD).

Trata-se de estrutura de análise a ser utilizada para mostrar como as regras, as condições materiais e físicas e os atributos da comunidade influenciam as arenas de ação, os incentivos com os quais os indivíduos lidam e os resultados obtidos por eles. A autora interpreta as instituições como conceitos compartilhados e empregados pelos indivíduos em situações iterativas, que se apresentam como regras, normas e estratégias. As instituições podem ser percebidas mediante as regras-em-uso aplicadas pelos indivíduos nas diversas situações sociais do cotidiano e se manifestam por meio de variados arranjos, como mercados, hierarquia, firmas, associações, governos, entre outros.

O modelo IAD apresenta como características básicas: procura desenvolver um conjunto de categorias linguísticas comuns para analisar um extenso rol de problemas diferenciados; enfatiza múltiplos níveis de análise de tomada de decisões inter-relacionados, já que as regras encontram-se sempre contidas dentro de outras estruturas que, por sua vez, são delimitadas por regras presentes em outros níveis, constituindo um grande emaranhado de regras; considera que, em qualquer nível de análise, as regras e os atributos do mundo material e das coletividades se combinam de modo a compor uma configuração, pois não são fatores que se somam, mas fatores que se associam e se influenciam mutuamente; procura esclarecer os elementos fundamentais que podem ser usados para a análise de resultados em qualquer um dos níveis de tomada de decisão.

O enfoque IAD opera como um mapa conceitual para análise de problemas, identificando arenas de ação, padrões de interação, resultados e avaliação de resultados. Assim, define os três níveis de análise – nível operacional, em que os atores interagem a partir de

incentivos para atingir resultados; nível da escolha coletiva, que corresponde ao nível político no qual as decisões devem ser tomadas de acordo com os limites impostos pelas regras constitucionais; e nível constitucional, no qual se selecionam os atores que participarão da elaboração de políticas públicas e as leis que disciplinarão essa atividade.

Ostrom destaca, como unidade de análise, a “arena de ação”, que remete ao espaço social formal ou informal no qual indivíduos interagem, podendo cooperar ou se confrontar uns com os outros, e que sofre influência de diversos fatores, principalmente as regras usadas pelos atores em seus relacionamentos, os atributos do mundo material e da sociedade. A “arena de ação” é composta por uma “situação de ação” e pelos “atores” envolvidos naquela situação.

“Situação de ação” corresponde à estrutura imediata que afeta um processo, a fim de explicar as regularidades das ações humanas e suas consequências. As variáveis que caracterizam uma situação de ação compreendem: o conjunto de participantes e as posições por eles preenchidas; o conjunto de ações permitidas e sua ligação com os resultados; os resultados potenciais que estão ligados às sequências individuais de ações; o nível de controle de cada participante sobre as escolhas; informação disponível aos participantes sobre a estrutura da própria situação de ação; e os custos e os benefícios – que servem de incentivo ou de impedimento – das ações e suas consequências. Os atores podem ser indivíduos ou corporações.

Ostrom afirma que os indivíduos são “aprendizes falíveis”, que variam quanto às suas percepções, inclusive quanto aos seus compromissos pessoais de manter promessas e honrar a reciprocidade. Por essa razão, a falibilidade (Racionalidade Limitada) e a capacidade de aprender devem ser incluídas em uma teoria geral sobre os indivíduos. A partir dessas unidades conceituais, a teoria analisa a realidade social como conjuntos de múltiplas arenas de ação, interligadas sequencialmente ou simultaneamente nos três níveis de

análise, operacional, político e constitucional. Similarmente às regras, as arenas de ação também operam emaranhadas ou aninhadas.

3.2 "Contribuições recentes em torno da questão da implementação enfatizam os elementos de aprendizagem, evolução, adaptação e da 'implementação como decisão política'. Outro elemento central dessas contribuições é a consolidação da ideia de que é necessário se ter uma visão estratégica dos problemas de implementação, incorporando questões críticas, como a viabilidade política de políticas e os problemas de coordenação interorganizacional."

"O que é comum a essas contribuições é a recusa à noção de implementação como uma etapa subsequente à formulação – essa última entendida como uma instância racional e compreensiva. A implementação é entendida como processo autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não só 'implementadas'."

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Pedro Luiz Barros Silva e Marcus André Barreto de Melo

Os autores, citando estudos de Pressman, Wildavsky, Majone e Lindblom, enfatizam a autonomia da implementação – e dos implementadores, como agentes políticos – na realização de políticas públicas e programas e governo, rompendo com o pressuposto de uma formulação com racionalidade plena, cujos planos e políticas serão precisos e suficientes para orientar a atuação de governo.

Nesse contexto, disserta sobre as principais razões pelas quais a atividade de formulação não é capaz de contemplar todos os aspectos relativos a problemas, processos, produtos e arranjos de uma política pública, demandando, de forma deliberada ou não, a ação decisória dos implementadores.

A concepção tradicional do ciclo de políticas públicas como um

processo linear, com nítida separação e sequenciamento entre formulação e implementação, tem sido superada pelo entendimento de que os executores de uma política não são atores restritos ao cumprimento de escolhas prévias: ao contrário, são dotados de autonomia decisória e influência relevante sobre as características e o êxito das políticas.

Nesse contexto, destacam-se as limitações inerentes ao processo de formulação, como a existência de conflitos de interesse, que tendem a impedir a definição mais precisa da política e a eliminação de ambiguidades na sua concepção, além da ausência de conhecimento suficiente sobre o problema, os processos de trabalho e os possíveis efeitos das medidas propostas, configurando restrições à racionalidade nos processos decisórios.

Além disso, ao reconhecer essas limitações fundamentais, a etapa de formulação pode deliberadamente abrir espaço para a discricionariedade dos implementadores, considerando necessário deixar que decisões fundamentais sejam tomadas quando mais informações estiverem à disposição. Nesse caso, admite-se que os profissionais da implementação são mais qualificados para tomar algumas decisões e que as escolhas cotidianas envolvem negociações e compromissos, em função das divergências e da complexidade em que se executa uma política pública.

Dessa forma, compreende-se a implementação também como uma formulação em processo, sob uma perspectiva interativa em que as ações de atores em posições estratégicas influenciam de forma decisiva os resultados obtidos pela ação governamental.

3.4 Aborde as distinções entre os modelos teóricos de implementação de políticas públicas, explicando cada um deles.

A implementação de políticas públicas pode ser definida como um conjunto de ações e de decisões, de caráter público ou privado,

direcionadas à consecução dos objetivos das políticas públicas. É por intermédio da implementação que a política pública pode torna-se uma intervenção na realidade, com vistas à resolução de problemas políticos.

Desde a década de 1970, surgiram vários estudos distintos a respeito da implementação na academia, dividindo-se em três grandes linhas teóricas: o modelo “Top-Down”, o modelo “Bottom-Up” e as denominadas abordagens híbridas.

O primeiro desses modelos, o “Top-Down”, formulado por Pressman e Wildavski, apresenta fortes afinidades com as matrizes de pensamento racionalista e da organização burocrática weberiana. Caracteriza-se por entender a implementação como consequência da decisão do governo central, que institui quais atividades a burocracia deve executar para que se atinjam os objetivos de uma política pública.

Essa visão pressupõe que uma vez que a decisão esteja tomada, ou a política formulada, necessariamente as ações serão executadas, e a política será implementada. Nessa perspectiva, a burocracia é percebida como agentes que tão somente aplicam uma decisão tomada no topo da cadeia hierárquica, com pouca margem de discricionariedade em suas tarefas, atuando fundamentalmente no nível operacional.

Além disso, a implementação seria despolitizada, isto é, a burocracia não teria preferências, interesses próprios e clientelas, tampouco teria poder para tomar decisões capazes de influenciar os resultados da intervenção governamental. Embora essa constitua a orientação geral do modelo “Top-Down”, alguns autores chegaram a afirmar que a implementação dependeria da extensão da mudança pretendida com a política pública e o grau de consenso em torno de seus objetivos; e outros relataram que o êxito da implementação dependeria de aspectos como a facilidade ou a dificuldade de se resolver um problema – a “tratabilidade” de uma questão.

O modelo “Bottom-Up”, ao contrário, sustenta que a

implementação está sujeita à discricionariedade dos agentes implementadores, e que depende das estratégias criadas por ela para lidar com os problemas cotidianos. Essa abordagem desenvolveu-se com base na crítica ao modelo anterior, e concentra-se no estudo dos atores responsáveis pela implementação para esclarecer como inúmeras políticas não são materializadas, são concretizadas de forma diferente do planejado ou possuem frágil nexos causal.

Ela tentou mostrar que a burocracia comumente não se atém aos objetivos delimitados pelos políticos na formulação, é politizada, e que a política pública se constrói dos níveis mais basilares da sociedade, como a burocracia que está próxima ao cidadão e a sociedade civil, em direção ao topo da estrutura hierárquica do governo. Nesse sentido, a formulação e a implementação aconteceriam simultaneamente, sem demarcações entre elas, à medida que agentes locais resolvem as situações do seu dia-a-dia.

Um conceito importante nessa vertente é o da “burocracia de nível de rua”, de Lipsky, que corresponde aos agentes implementadores que interagem diretamente com os cidadãos, tomando decisões substantivas sobre a alocação de bens e serviços públicos, bem como influenciando fortemente o desenho e a execução da “policy”, a exemplo de: bombeiros, professores, assistentes sociais, médicos, etc. Segundo esse autor, a implementação se resume às pessoas que a implementam.

O debate Top-Down versus Bottom-Up é mais uma das polêmicas das políticas públicas. Há uma terceira corrente de estudos de implementação, que visa superar as limitações de ambas, ao combinar algumas das suas concepções. Os modelos híbridos, como o de Grindle e Thomas, e o de Kliksberg, costumam interpretar a implementação como um complexo processo de ação política, com resultados em aberto, decorrentes de relações dinâmicas entre: a inserção das questões na agenda decisória; os estágios de decisão; os conflitos entre atores da sociedade e burocracia e a mobilização de

recursos de poder por todos eles; as negociações constantes entre os atores políticos; os múltiplos resultados potenciais das políticas; e a retroalimentação desse sistema, que irá influenciar na pauta governamental.

Grindle e Thomas sugerem, em seu modelo Interativo, que existe uma combinação de movimentos ascendentes e descendentes no processo de elaboração de políticas.

Já Kliksberg, em seu modelo Interativo-Iterativo, sustenta que as fases da política públicas são todas entrelaçadas e afetam umas às outras em um emaranhado de fluxos que se repetem indefinidamente, de maneira a retroalimentar o sistema político.

As principais disparidades entre os modelos, de acordo com o que foi analisado, recaem sobre os seguintes pontos: o fato de os objetivos da política serem ou não pré-definidos; o lócus das decisões políticas; o conceito do que é a implementação e como ela sucede, se do topo para a base ou ao contrário; a separação – ou não – entre formulação e implementação; o componente político da implementação; o modelo de democracia que propagam; a ideia de burocracia, se isolada de interferências externas ou se em interação com clientelas e sociedade; e a comunicação entre os atores nas organizações, eficaz ou não.

3.5 Discuta os principais problemas, desafios e dilemas da implementação das políticas públicas.

Muitos estudiosos compartilham a opinião de que a implementação pode explicar tanto o êxito quanto o fracasso dos governos em atingir os objetivos das políticas públicas. Por essa razão, a literatura dedica esforços ao entendimento dos principais problemas, desafios e dilemas a serem enfrentados no processo de implementação de políticas públicas.

Entre os problemas mais frequentes da implementação

destacam-se: conflitos de coordenação e cooperação intergovernamentais; falhas na comunicação intra e inter governamental e escassez de informações sobre a política; ambiguidade na determinação dos objetivos da política pública, que gera dificuldades de identificação do que está sendo, de fato, implementado; ambiguidades, brechas e omissões legais; conflitos interjurisdicionais entre órgãos e entidades ou conflitos inter organizacionais; limitação de recursos financeiros; baixa capacidade de ação pública; modificações na estrutura governamental; adiamento de importantes decisões para o momento de implementação; e rejeição da política pública pela opinião pública e pelos grupos dominantes da sociedade.

Tais problemas podem levar à não implementação da política, mas também à sua implementação incompleta, ou incorreta, no sentido de ações contraditórias à decisão e aos objetivos da política; ou, ainda, podem conduzir à implementação de partes meramente diferentes das decisões e objetivos preliminares. Além disso, os problemas podem originar os hiatos ou “gaps” de implementação, isto é, quando uma política não pode ser colocada em prática da forma apropriada, pois seus agentes implementadores não foram cooperativos, eficazes ou não conseguiram contornar os obstáculos à implementação. Em relação aos desafios da implementação de políticas, alguns deles encontram-se associados ao aspecto da governança, como: a qualidade da implementação; a participação social na ação governamental e a responsabilização dos gestores; a qualidade da regulação sobre o monitoramento e a avaliação da ação; as informações públicas referentes à ação; os custos e as despesas da ação; as regras legais sobre a ação governamental; seu financiamento pelo orçamento público e a regularidade de seus fluxos financeiros; e a sustentabilidade da intervenção estatal.

Como desafios da implementação propriamente dita, pode-se elencar, no Brasil: a coordenação federativa e as relações entre os

entes federativos; a adoção de instrumentos que estimulem a cooperação, a coordenação e a negociação entre os atores; a concepção da implementação como um instrumento para alterar a direção ou a rota das políticas e para promover a aprendizagem na elaboração delas; a superação da lógica setorial no âmbito das políticas, enfatizando o papel da intersectorialidade; e o emprego de estratégias que considerem as disparidades e diversidades regionais na implementação de políticas, mediante a regionalização e descentralização.

Por fim, os dilemas da implementação de políticas referem-se a escolhas indesejáveis entre alternativas antagônicas, como: a extensão da discricionariedade e da autonomia delegadas aos implementadores para ajustarem as ações aos diferentes contextos versus o maior controle para evitar alimentar comportamentos oportunistas, irresponsáveis, ambíguos ou auto-defensivos; o estabelecimento de um arranjo político-institucional conforme o modelo “Top-Down” ou o modelo “Bottom-Up”, ou seja; privilegiar o comando e o controle ou a autonomia dos atores políticos e da gestão local; os princípios que devem disciplinar a implementação em uma Federação assimétrica: autonomia dos entes federativos e respeito à diversidade ou garantia de atendimento igual às necessidades dos cidadãos; e da incorporação, ou não, da atividade de planejamento no processo da implementação de políticas. Independentemente da alternativa que se escolha, a relevância e a centralidade da implementação recomenda o acompanhamento, o monitoramento e o controle desse processo na realização das políticas.

3.6 Explique como a agenda de políticas públicas é formada na Teoria dos Múltiplos Fluxos, destacando a função de cada fluxo, o papel das janelas de oportunidade e a função dos empreendedores de políticas.

De acordo com Kingdon, uma demanda é incluída na agenda governamental no momento em que é reconhecida como um problema político, porém, somente algumas das questões presentes na agenda governamental chega à agenda de decisões, ou seja, é incluída na lista das decisões que serão efetivamente tomadas pelos governos. Para que uma demanda se torne parte da agenda decisória, deve haver a convergência de três fluxos: fluxo dos problemas, fluxo das políticas públicas e fluxo da política. Se acaso apenas dois dos fluxos se encontrarem, sendo eles o fluxo dos problemas e o da política, já será suficiente para que uma demanda transite para a agenda decisória.

O fluxo dos problemas expressa o entendimento de que os problemas são social e politicamente construídos e articulados. Os problemas só passam a ser considerados quando os formuladores de políticas públicas reconhecem a sua natureza de problema político. E quando, igualmente, reconhecem que algum tipo de resposta, na forma de uma política pública, deve ser oferecido àquele problema. No processo de reconhecimento dos problemas, três fatores merecem destaque: indicadores; eventos, crises, símbolos e seus significados; e resposta ou feedback das ações governamentais pela sociedade em geral.

Já o fluxo da política (politics) fundamenta-se no contexto e nas negociações políticas, sendo composto por elementos como: o clima ou humor nacional, que são os sentimentos e as imagens predominantes na sociedade a respeito de determinadas questões; o apoio ou a oposição das forças políticas organizadas e mobilizadas ao redor de uma questão ou um problema, que sinalizam como está configurado o equilíbrio de forças políticas; e as mudanças de governo por intermédio de eleições, de substituições em cargos públicos estratégicos ou de mudanças de gestão, que podem influenciar a elaboração da agenda. O humor nacional, segundo Kingdon, é o traço preponderante do fluxo da política, pois pode propiciar ou desestimular o tratamento de demandas pelo governo.

Por fim, o fluxo das políticas públicas está associado às alternativas e aos conjuntos de respostas que podem ser oferecidos como solução tanto para situações quaisquer como para problemas políticos específicos. Essas alternativas são combinadas e recombinadas em um processo desorganizado e aleatório, nas chamadas “policy communities”, comunidades de especialistas em diversas áreas de políticas públicas. As propostas tecnicamente viáveis e financeiramente exequíveis que tenham aceitação pelo público e sejam difundidas por toda a sociedade, mediante persuasão e construção de consensos mínimos, possuem mais chances de vir a ser consideradas pelos tomadores de decisão, e podem tornar-se cada vez mais disseminadas e, dessa maneira, fortalecidas. Embora o fluxo das políticas não exerça influência diretamente sobre a agenda decisória, ele é relevante por facilitar e viabilizar o tratamento de diversas questões pelos formuladores de políticas.

Na Teoria dos Múltiplos Fluxos, um dado essencial são as janelas de oportunidade, que traduzem circunstâncias efêmeras e transitórias capazes de fazer com que os fluxos se encontrem, originando-se de uma composição de vários fatores comuns ao ambiente social e político, como mudanças de governo, alterações de lideranças no parlamento, crises, etc. Desse modo, as alternativas de políticas públicas podem se concretizar quando se abre uma janela de oportunidade decorrente de uma combinação adequada entre fluxo dos problemas e fluxo da política. No entanto, essa oportunidade de inclusão de uma demanda na agenda ou de mudança da agenda se perde caso algum dos fluxos se separe dos outros.

Os empreendedores de políticas públicas são os que atuam a fim de aproveitar as janelas de oportunidade, visando influenciar a agenda e de modo que um momento político favorável à incorporação de um problema de política pública não se perca. Esses empreendedores são grandes especialistas nas temáticas debatidas e hábeis negociadores que mantêm algum tipo de relação com aqueles

que ocupam espaços de poder. São atores cruciais para a elaboração da agenda, na medida em que contribuem para a convergência dos fluxos, conectando problemas às possibilidades de solução. Também contribuem para a formação da agenda os atores visíveis, enquanto os atores invisíveis participam mais da proposição de alternativas para os problemas. A Teoria dos Múltiplos Fluxos apresenta uma interpretação contingencial dos processos de formação da agenda governamental, atribuindo especial importância ao papel das ideias e da dinâmica da política.

3.7 Conceitue o que é a “Avaliação Custo-Benefício” e explique como esse tipo de avaliação opera, mostrando suas principais vantagens.

A avaliação de políticas públicas é um conjunto de procedimentos que permite evidenciar as consonâncias e as dissonâncias entre os objetivos de uma política, sua implementação e suas consequências tal como percebidas na sociedade. Entre esse amplo leque de procedimentos destaca-se a chamada Avaliação Custo-Benefício.

Primeiramente, cabe estabelecer que a Avaliação Custo-Benefício caracteriza-se por ser bastante distinta de outros tipos de avaliação similares, como a Avaliação de Efetividade e a Avaliação Custo Efetividade. A Avaliação Custo-Benefício originou-se das dificuldades dos estudiosos para mensurar a efetividade de uma política pública, ou para estimar os impactos resultantes de uma ação governamental em termos de transformações mais amplas em contextos específicos.

Diante dessas dificuldades metodológicas ganhou importância a Avaliação Custo-Benefício (ACB), que se baseia no critério da eficiência, visando estabelecer se os resultados pretendidos foram atingidos e se criaram benefícios, e a que custo. A operacionalização

da Avaliação Custo-Benefício requer que sejam identificados os custos e os benefícios de uma intervenção e que seja possível atribuir-lhes valor em termos monetários, a fim de compará-los. Conforme Cohen e Franco, esse exame pode obedecer a uma lógica de avaliação privada e de avaliação social. A primeira estima valores segundo os preços de mercado. A segunda estima valores conforme os preços dos bens e serviços em termos de seu valor para a sociedade, seu “valor social”. Nesta última efetuam-se verificações da situação da sociedade com e sem a implementação da política selecionada. Assim, são medidos elementos como: impostos, subsídios, juros, externalidades positivas e negativas e custos de oportunidade. Deve-se pontuar que custos e benefícios acontecem em momentos diferentes da política pública, entretanto, necessitam ser contabilizados em um mesmo período histórico, para que se alcance igualdade na unidade de medida utilizada.

Há diversas maneiras de se comparar custos e benefícios, sendo mais aplicadas pela literatura aquelas que adotam o “valor atual líquido”, a “taxa interna de retorno” e a “relação custo-benefício”. Como nem sempre é viável a monetarização dos benefícios, a ACB conta com uma variante: a Avaliação Custo-Efetividade, na qual se comparam custos em valores monetarizados com resultados estimados em termos das suas próprias unidades, por exemplo: a compra de equipamentos hospitalares ao custo de 500 milhões de reais acarreta uma redução de 40% do tempo de espera para a realização de cirurgias no SUS. Esse tipo de verificação também consegue analisar a eficiência de uma política pública.

Por fim, como aspectos positivos e vantagens da aplicação da ACB, pode-se mencionar: a maximização da rentabilidade da intervenção segundo a perspectiva da sociedade como um todo; as possibilidades de hierarquização das propostas alternativas, de calcular a rentabilidade de um programa, de realizar ajustes em um programa em andamento e de rever decisões iniciais.

3.8 pesquisadores da área de avaliação de políticas públicas costumam falar muito em “impacto” das políticas. O que vem a ser “Avaliação de Impacto” e por meio de quais técnicas ela pode ser realizada?

Na Avaliação de políticas públicas, “impacto” é um conceito intensamente utilizado, embora no Brasil haja relativamente pouco consenso quanto ao seu significado. De acordo com definições adotadas pela ONU, citadas em obra clássica de Cohen e Franco, “impacto refere-se às consequências dos efeitos de um projeto”, ou seja: de uma intervenção na realidade.

O termo “impacto” eventualmente se confunde com outros conceitos, como o de “efeito” e “produto”. Algumas vezes os impactos são chamados de “efeitos indiretos” ou “efeitos secundários”. Os impactos de uma intervenção na realidade podem ser classificados como: previsíveis ou não, a depender das múltiplas interveniências do ambiente em que se realizou a intervenção; e positivos ou negativos, conforme tragam consequências desejadas ou indesejadas para a sociedade.

Além disso, podem apresentar variações ao longo do tempo, em sua intensidade e na dispersão para áreas outras que não aquela em que se situa especificamente a política pública desenvolvida. Em grande medida, os impactos escapam ao controle do gestor público, não podendo ser tidos como objetivos das políticas – é possível manter apenas expectativas quanto sua ocorrência.

Um exemplo de impacto poderia ser a inversão da pirâmide demográfica resultante das políticas de planejamento familiar e dos avanços das ciências da saúde, e as repercussões dessa inversão sobre o sistema previdenciário nas economias capitalistas avançadas.

www.igepp.com.br GESTOR DF – Gestão Pública - [Pós-Edital 2022] Prof.^a Maria das Graças Rua

MÓDULO DISCURSIVAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS [TEMAS ESSENCIAIS]

A Avaliação de Impacto das políticas públicas pode ser descrita como

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) 2024
www.igepp.com.br

o exame das conseqüências de uma intervenção governamental sobre o conjunto da sociedade, ou sobre um agregado maior que os seus beneficiários e usuários, expressando a tentativa de estabelecer uma cadeia de causalidade entre a política pública e a mudança social. Para isso, a Avaliação de Impacto procura identificar empiricamente as modificações na realidade social, distingui-las, quantificá-las e explicitar de que maneira elas estão associadas à política pública.

O método experimental seria o procedimento privilegiado para avaliar impactos, não fossem as limitações do ambiente das políticas públicas, que praticamente impedem os experimentos, quase com exceção dos programas-piloto. Adota-se, então o método quase experimental, que representa uma flexibilização do primeiro visando adaptá-lo às características das ciências sociais. O método quase experimental opera de modo a isolar as mudanças supostamente provocadas pela intervenção (política, programa ou projeto) das mudanças derivadas de outros fenômenos sociais. Nessa direção, podem ser adotados três procedimentos para avaliar impactos.

A análise sincrônica que consiste em comparar, no mesmo horizonte de tempo, um certo número de situações semelhantes, sendo que uma delas sofreu a intervenção e as outras, não. A análise diacrônica, que parte da caracterização de uma situação antes da intervenção (linha de base) e acompanha a mesma situação ao longo do tempo, visando identificar suas alterações a partir da intervenção, comparadas com a linha de base. Essa é a metodologia mais empregada no Brasil. Finalmente, a análise prospectiva, que consiste em realizar o procedimento diacrônico com duas ou mais diferentes situações, sendo que algumas delas sofreram a mesma intervenção, e as demais, não. Esse procedimento permite a aplicação do método da "diferença em diferença" (dif-in-dif), que favorece o isolamento de impactos.

Evidentemente, a possibilidade de quantificação facilitará grandemente a avaliação. Isso, porém, não quer dizer que a Avaliação

de Impactos se restrinja aos procedimentos quantitativos. Em lugar disso, a complexidade dos eventos sociais recomenda a combinação desses procedimentos com abordagens qualitativas e a utilização de técnicas de triangulação.

4. DISCURSIVA 1: POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO, O MODELO DE COALIZÕES DE DEFESA E O PAPEL DO BNDES

Texto 1

“Em estudo teórico sobre a aceitação e a disseminação das ideias e políticas econômicas keynesianas, no século 20, Hall (1989) identifica três principais abordagens sobre o fenômeno: as centradas nos economistas, as centradas no Estado e aquelas centradas nas coalizões políticas, que incorporam os grupos políticos e sociais no contexto explicativo das políticas econômicas.

Essa última abordagem, desenvolvida recentemente por Peter Gourevitch (1989), enfatiza que as políticas econômicas precisam mobilizar suporte em amplas coalizões de grupos econômicos de cujos votos e boa vontade dependem os políticos eleitos (Hall, 1989, p. 12).

[...]

Criado pela Medida Provisória nº 103, de 2003, que definiu o modelo político-organizacional do Governo Lula, logo em seguida convertida na Lei nº 10.683/2003, o CDES foi instituído com a missão de assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social,

apoiando-se na articulação das relações de governo com representantes da sociedade

civil organizada e no concerto entre os diversos setores da sociedade nele representados.

[...]

A escolha desse recorte de análise – o Conselhão – baseia-se na tese do papel crucial que as elites desempenham no desenvolvimento dos países (Amsden, 2012) e no conceito de elites estratégicas como os grupos sociais que ocupam posições decisivas em diferentes campos (econômico, político, intelectual, do mundo do trabalho), por meio de posição-chave nos processos de produção de políticas públicas, formação e redefinição das instituições políticas e definição da produtividade e da competitividade do regime produtivo (Gaitán; Boschi, 2015). Por meio da investigação do posicionamento desses atores-chave, representativos da elite produtiva, intelectual e política do país, busca-se alcançar um diagnóstico esclarecedor sobre a realidade do debate político e social com respeito aos desafios e rumos do desenvolvimento do país.

Com relação ao disputado e polissêmico conceito de desenvolvimento, a pesquisa optou pela utilização, como parâmetro da análise, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015, no bojo do acordo global em torno da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Considerando a polissemia, sua longa história e o caráter ainda hoje disputado do conceito de desenvolvimento (Rist, 2011; Rodrik, 2010; Leys, 1996), a incorporação dos ODS ao arcabouço da pesquisa traz a vantagem de permitir operar com uma concepção sobre desenvolvimento prevalente no mundo, que, além de avançar até o limite possível de um conceito mundialmente pactuado, permite, por

isso mesmo, estabelecer comparações interpaíses, o que é fundamental para o avanço de pesquisas comparativas.

Fonte: Cerqueira, Kleber Chagas **Coalizões de defesa para uma nova política de desenvolvimento** / Kleber Chagas Cerqueira. -- Brasília: Enap, 2020. 55 p. : il. -- (Cadernos Enap, 67)

Texto 2

O BNDES sentia os efeitos da crise do modelo de desenvolvimento capitaneado pelo Estado, que havia vigorado nas últimas décadas e que se apresentava esgotado com a eclosão da crise da dívida externa. Era preciso buscar alternativas e mudar a forma de atuação. A partir de 1983, um movimento nascido dentro do Departamento de Planejamento do BNDES começou a tomar forma, com a constituição de um grupo de estudo para discutir e planejar os rumos do Banco. O país entrava no terceiro ano consecutivo de recessão. Desde 1980, a taxa de crescimento do PIB apresentava uma queda média de 2,5% ao ano, acumulando uma redução de 7,3%.

Inicialmente, o grupo se ocupou da elaboração de um diagnóstico do ambiente interno, procurando identificar os problemas e analisar a situação do Banco. O grupo do referido departamento convidou as outras áreas para participarem daquela reflexão e elas começaram a aderir às discussões sobre os possíveis caminhos para a retomada do desenvolvimento econômico.

Todo o corpo de técnicos e de executivos do BNDES se mobilizou para identificar os pontos fortes e fracos do Sistema e, ao mesmo tempo, avaliar as ameaças e oportunidades possíveis do ambiente externo. Um comitê de planejamento foi instituído para analisar os trabalhos e organizar um documento final. A partir de então, foram elaborados quatro cenários possíveis sobre a economia brasileira, que procuraram

levar em conta as variáveis, tendências e estratégias para ajudar na elaboração de um planejamento mais consciente.

Os trabalhos foram sintetizados, em meados de 1984, em dois quadros mais prováveis: o Cenário de Ajustamento e, seu contraponto, o Cenário da Retomada – esse último apresentava propostas alternativas para a economia nacional superar a crise, afastando-se do pensamento que vigorava naquela época. Constatou-se que a redução das importações não estava ligada somente à recessão, mas ao patamar alcançado pelo país após a política de substituição de importações implantada nas décadas anteriores. O Brasil não precisava mais de tantas importações, ao contrário, já havia capacidade instalada para exportar produtos nacionais.

Ainda de acordo com o Cenário da Retomada, a ampliação das exportações seria uma possibilidade de o país voltar a crescer. O reaquecimento da economia ajudaria a melhorar o nível de emprego, que, associado ao processo de abertura política e à atuação dos sindicatos, resultaria na recuperação do salário real. Além disso, à medida que a confiança na economia fosse retomada, haveria um consequente aumento dos investimentos privados.

A experiência iniciada no Departamento de Planejamento e abraçada por todo o Banco fez do BNDES a instituição nacional pioneira na aplicação da metodologia de construção de cenários no processo de planejamento estratégico. Até então, apenas empresas multinacionais trabalhavam com cenários, importados de suas matrizes. Alguns grupos nacionais começavam a aderir à prática, baseados, porém, em cenários formulados por empresas de consultoria.

As previsões do Cenário da Retomada se mostraram acertadas. No segundo semestre de 1984, a economia tornou a crescer de acordo com as indicações previstas, e o Brasil voltou a pagar a dívida externa e não somente os juros dessa dívida. Nos dois anos seguintes, o PIB cresceu em média 6% ao ano. A elaboração dos cenários ajudou o BNDES a mudar a sua orientação. O Banco reassumiu o seu papel de

agente de mudanças, colaborando com o redirecionamento da política econômica no sentido de integrá-la ao contexto internacional.

Fonte: BNDES: um banco de história e do futuro – texto Márcia de Paiva. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012.

O desenvolvimento sustentável tornou-se um conceito central nas políticas públicas e econômicas, refletindo a busca por um equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Considerando que os textos apresentados são motivadores de reflexão, elabore **um texto dissertativo de 35 a 45 linhas**, abordando o desenvolvimento sustentável e o papel estratégico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na implementação de políticas públicas para esse fim. Em sua fundamentação, contemple os seguintes aspectos, não necessariamente na ordem apresentada:

1. Defina o conceito de desenvolvimento sustentável e destaque sua importância na contemporaneidade.
2. Explique o conceito de coalizões de defesa em políticas públicas e como o BNDES pode atuar como um agente influenciador nessas coalizões.
3. Avalie o papel estratégico do BNDES no contexto do desenvolvimento sustentável, citando iniciativas de políticas que o Banco apoia, no contexto de um governo que busca promover políticas alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)."

Após analisar o papel do BNDES como um dos principais motores da industrialização no Brasil, é essencial aprofundar sua atuação de forma mais pontual no contexto dos diversos programas econômicos e períodos da economia brasileira. Vamos examinar detalhadamente como o BNDES contribuiu para a implementação de políticas de desenvolvimento em diferentes momentos históricos, destacando sua

importância em cada um desses cenários, organizados numa espécie de linha do tempo. Além disso, em cada período, será abordado também o contexto político correspondente, para oferecer uma visão mais completa das condições que influenciaram as decisões econômicas e as estratégias adotadas pelo Banco.

4.1 SUGESTÃO DE RESPOSTA

O desenvolvimento sustentável é um conceito central nas políticas públicas contemporâneas, pautando-se pelo equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Conforme estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, ele visa promover um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias demandas. Na atualidade, essa visão é fundamental para orientar políticas públicas e práticas econômicas que precisam responder aos desafios ambientais e sociais de forma integrada e inclusiva.

No âmbito das políticas públicas, o conceito de coalizões de defesa é essencial para compreender como atores diversos, como governos, sociedade civil e instituições financeiras, se mobilizam em torno de interesses e objetivos comuns. A abordagem das coalizões, destacada por autores como Peter Gourevitch, enfatiza a necessidade de mobilizar apoio em amplas alianças para a formulação e implementação efetiva das políticas econômicas. Nesse contexto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se configura como um agente influenciador estratégico dentro dessas coalizões. O BNDES não apenas financia projetos que promovem o desenvolvimento sustentável, mas também desempenha um papel de

articulador entre diferentes setores da sociedade, contribuindo para a construção de consensos e para a implementação de políticas alinhadas aos ODS.

Historicamente, o BNDES tem exercido um papel central na formulação e no redirecionamento de políticas econômicas. Um exemplo marcante é a atuação do banco durante a crise da dívida externa na década de 1980, quando promoveu a elaboração de cenários para reorientar a política econômica nacional. Tal postura proativa reflete a capacidade do BNDES em atuar como um agente de mudanças e influenciador de políticas públicas, mobilizando setores produtivos e sociais para a busca de soluções inovadoras para os desafios econômicos. No cenário atual, o banco continua a exercer um papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável, apoiando projetos que visam à transição para uma economia verde, à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento da indústria nacional em um contexto globalizado.

O alinhamento do BNDES com os ODS pode ser visto em diversas iniciativas, como o financiamento a projetos de energia renovável, saneamento básico e infraestrutura sustentável. Ao direcionar recursos para setores-chave da economia, o banco não apenas promove o crescimento econômico, mas também incentiva práticas sustentáveis e inclusivas, colaborando para a consolidação de um modelo de desenvolvimento que se baseia na eficiência econômica, na justiça social e na preservação ambiental. Nesse sentido, o BNDES contribui para a construção de uma política pública integrada, capaz de responder aos complexos desafios do desenvolvimento no século XXI.

Assim, ao compreender o conceito de desenvolvimento sustentável e a importância das coalizões de defesa, é possível reconhecer o papel estratégico do BNDES como agente transformador e articulador de políticas que visam

à construção de um futuro mais sustentável. O apoio a projetos alinhados aos ODS e o fortalecimento de parcerias com setores produtivos e sociais tornam o banco uma peça-chave na implementação de políticas públicas que buscam conciliar crescimento econômico, inclusão social e conservação do meio ambiente.

4.2 ESPELHO DE CORREÇÃO

1. Avaliação quanto ao uso do idioma:

a) Conhecimentos Ortográficos e Gramaticais (35% da nota total):

- **Avaliação:** O texto demonstra excelente domínio da norma-padrão da língua portuguesa. A escrita é clara e precisa, com uso adequado das estruturas gramaticais e recursos linguísticos. Não há erros ortográficos ou gramaticais, e a pontuação é utilizada corretamente, contribuindo para a fluidez do texto.
- **Nota Parcial:** 35/35

b) Estrutura Textual (Introdução, Desenvolvimento, Conclusão) (35% da nota total):

- **Introdução:** A introdução aborda o tema de maneira clara e objetiva, contextualizando a importância do desenvolvimento sustentável e antecipando os principais pontos que serão tratados.
- **Desenvolvimento:** O desenvolvimento é consistente e bem organizado, cobrindo os três aspectos propostos – definição do desenvolvimento sustentável, o conceito de coalizões de defesa, e o papel estratégico do BNDES – com exemplos e análises fundamentadas. A argumentação é estruturada, com transições suaves entre os parágrafos que mantêm a coerência.
- **Conclusão:** A conclusão sintetiza os pontos discutidos e reforça a importância do BNDES no contexto do desenvolvimento sustentável, integrando-se de forma lógica com o desenvolvimento.
- **Nota Parcial:** 35/35

c) Coerência e Coesão (30% da nota total):

- **Coerência:** O texto apresenta uma argumentação sólida e bem fundamentada, conectando o papel do BNDES ao desenvolvimento sustentável. Os exemplos fornecidos, como o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), enriquecem a análise e demonstram um entendimento profundo do tema.
- **Coesão:** Uso adequado de conectivos e transições, tornando a leitura agradável e garantindo a coesão temática ao longo do texto.
- **Nota Parcial:** 30/30

Nota Final na Avaliação do Uso do Idioma:

- **Conhecimentos Ortográficos e Gramaticais:** 35/35
- **Estrutura Textual:** 35/35
- **Coerência e Coesão:** 30/30
- **Nota Final:** 35 + 35 + 30 = 100/100

2. Avaliação quanto aos Conhecimentos Específicos:

a) Definição de Desenvolvimento Sustentável e Sua Importância na Contemporaneidade (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** O texto define claramente o conceito de desenvolvimento sustentável, destacando seus pilares (crescimento econômico, inclusão social, preservação ambiental) e relacionando-o aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando um conhecimento aprofundado do tema.
- **Nota Parcial:** 20/20

b) Explicação do Conceito de Coalizões de Defesa em Políticas Públicas e o Papel do BNDES (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** O conceito de coalizões de defesa é bem explicado, com menção à abordagem de Peter Gourevitch, e o texto detalha como o BNDES atua como um influenciador nessas coalizões, mobilizando setores sociais e produtivos.
- **Nota Parcial:** 20/20

c) Avaliação do Papel Estratégico do BNDES no Desenvolvimento Sustentável, Citando Iniciativas de Políticas Alinhadas aos ODS (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** O papel estratégico do BNDES é avaliado de forma completa, citando iniciativas como o financiamento de projetos de energia renovável e infraestrutura sustentável, demonstrando alinhamento com os ODS.
- **Nota Parcial:** 20/20

d) Clareza, Coerência e Argumentação do Texto (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** O texto é claro, coerente e apresenta uma argumentação lógica, com ideias encadeadas de forma consistente. A análise é enriquecida com exemplos concretos, evidenciando conhecimento e habilidade argumentativa.
- **Nota Parcial:** 20/20

e) Uso da Norma Padrão da Língua Portuguesa (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** Respeita as regras da língua portuguesa, com escrita precisa e sem erros ortográficos ou gramaticais.
- **Nota Parcial:** 20/20

Nota Final em Conhecimentos Específicos:

- **Total de Pontos:** 20 + 20 + 20 + 20 + 20 = 100/100

Nota Final Ajustada:

- **Uso do Idioma (40%):** $100 \times 0.4 = 40$
- **Conhecimentos Específicos (60%):** $100 \times 0.6 = 60$
- **Total:** $40 + 60 = 100/100$

Comentários Gerais:

O texto apresenta uma argumentação sólida e bem fundamentada, explorando de forma abrangente o papel do BNDES no desenvolvimento sustentável. A linguagem é clara e objetiva, demonstrando domínio da norma-padrão e excelente organização textual. O conteúdo é enriquecido por exemplos concretos e análises críticas, evidenciando um profundo conhecimento do tema. Atende plenamente ao que foi solicitado, merecendo a nota máxima.

5. DISCURSIVA 2: IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO BNDES

"A avaliação de políticas públicas é um instrumento fundamental para o aprimoramento da gestão governamental, visando à eficiência, à eficácia e à efetividade das intervenções. O monitoramento das políticas públicas tem se tornado igualmente importante, fornecendo informações contínuas que permitem ajustes ao longo do processo de implementação. No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenha um papel estratégico no financiamento, monitoramento e avaliação de projetos que promovem o desenvolvimento econômico e social do país.

Com base nisso, elabore um texto dissertativo-argumentativo de 35 a 45 linhas abordando os seguintes aspectos, não necessariamente na ordem apresentada:

1. Explique o conceito e a importância da avaliação de políticas públicas, destacando as principais dimensões (economicidade, eficiência, eficácia e efetividade).
2. Diferencie as avaliações ex ante e ex post e discuta como o BNDES pode utilizar essas abordagens para analisar os impactos de suas intervenções.
3. Avalie o papel do monitoramento e da avaliação da efetividade das políticas públicas, destacando como o BNDES contribui para esse processo, especialmente na promoção do desenvolvimento sustentável."

5.2 SUGESTÃO DE RESPOSTA

A avaliação e o monitoramento de políticas públicas são instrumentos essenciais para aprimorar a gestão governamental e garantir intervenções

eficientes, eficazes e efetivas. A avaliação consiste na análise sistemática do processo e dos resultados de programas ou atividades, objetivando aferir o cumprimento dos objetivos estabelecidos. O monitoramento, por sua vez, é o acompanhamento contínuo das ações, produtos e impactos ao longo da implementação da política, permitindo ajustes e melhorias em tempo real. Ambas as práticas são fundamentais não apenas para a racionalização dos gastos públicos, mas também para orientar decisões sobre a reformulação ou expansão das políticas.

A avaliação de políticas públicas pode ser classificada em diferentes tipos, conforme o momento em que ocorre. A avaliação *ex ante* é realizada antes da implementação da intervenção, mapeando os efeitos esperados e selecionando as melhores estratégias para a execução. O BNDES, por exemplo, realiza avaliações *ex ante* ao analisar a viabilidade de projetos em setores como infraestrutura e energia, antecipando os possíveis impactos sociais e econômicos. A avaliação *ex post*, por outro lado, ocorre após a implementação da intervenção, verificando se os resultados planejados foram efetivamente alcançados. No caso do BNDES, essa avaliação permite analisar se os investimentos atingiram suas metas e contribuíram para o desenvolvimento sustentável.

Quatro dimensões fundamentais orientam o processo de avaliação de políticas públicas: economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. A economicidade está relacionada à aquisição dos insumos ao menor custo possível, respeitando padrões de qualidade. A eficiência refere-se à otimização do uso desses insumos para maximizar a produção de bens e serviços. A eficácia é a capacidade da intervenção em entregar os produtos necessários para alcançar os objetivos intermediários. Já a efetividade diz respeito à capacidade de gerar a mudança social pretendida e alcançar os resultados finais. No contexto do BNDES, a avaliação dessas dimensões é crucial, pois orienta o uso responsável dos recursos públicos em projetos que impactam o desenvolvimento econômico e social.

O monitoramento das políticas públicas é igualmente importante, pois envolve o acompanhamento contínuo dos processos e resultados ao longo da implementação. O BNDES atua ativamente no monitoramento de seus projetos, avaliando indicadores e promovendo ajustes conforme necessário para otimizar a efetividade das intervenções. Por exemplo, em um programa de apoio à exportação, o banco monitora se o financiamento está contribuindo para aumentar a competitividade das empresas, permitindo ajustes nas estratégias de implementação para garantir o impacto desejado. Esse monitoramento contínuo é fundamental para a retroalimentação do ciclo de

políticas, proporcionando a identificação de problemas e a adoção de medidas corretivas.

A avaliação da efetividade das políticas públicas é um ponto-chave para o BNDES, que busca promover intervenções que gerem mudanças reais e duradouras na sociedade. Além das avaliações ex ante e ex post, o banco realiza análises de impacto para verificar se os resultados planejados foram alcançados e se trouxeram benefícios para a população. Ao focar na avaliação da efetividade, o BNDES assegura que seus projetos contribuam para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e atendam às necessidades da sociedade de forma abrangente.

Em conclusão, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas são processos indispensáveis para promover a eficiência, a eficácia e, principalmente, a efetividade das intervenções governamentais. O BNDES desempenha um papel estratégico nesse contexto, atuando como um parceiro na avaliação e no monitoramento das políticas que apoia. Ao adotar métodos de avaliação ex ante e ex post e ao focar em dimensões como economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, o banco contribui para a promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo. Dessa forma, o BNDES se consolida como um ator fundamental na implementação de políticas públicas que visam à transformação social e ao progresso econômico do Brasil.

5.3 ESPELHO DE CORREÇÃO

1. Avaliação quanto ao uso do idioma:

a) Conhecimentos Ortográficos e Gramaticais (35% da nota total):

- **Avaliação:** O texto apresenta domínio da norma-padrão da língua portuguesa. A escrita é clara, objetiva e precisa, com o uso adequado de estruturas gramaticais e pontuação. Não há erros ortográficos ou gramaticais, o que contribui para a compreensão e fluidez do texto.
- **Nota Parcial:** 35/35

b) Estrutura Textual (Introdução, Desenvolvimento, Conclusão) (35% da nota total):

- **Introdução:** Estabelece o tema de maneira clara e objetiva, contextualizando a importância da avaliação e do monitoramento

das políticas públicas e antecipando os principais pontos que serão discutidos.

- **Desenvolvimento:** Explora os três aspectos propostos – conceito e importância da avaliação de políticas públicas, diferenciação entre avaliações ex ante e ex post, e o papel do BNDES no monitoramento e na avaliação da efetividade das políticas – com exemplos e análises fundamentadas. Há coesão interna entre os parágrafos e transições suaves que mantêm a coerência da argumentação.
- **Conclusão:** Resume os pontos discutidos e reforça a relevância do monitoramento e da avaliação para a atuação do BNDES na promoção do desenvolvimento sustentável, integrando-se de forma lógica ao conteúdo do desenvolvimento.
- **Nota Parcial:** 35/35

c) Coerência e Coesão (30% da nota total):

- **Coerência:** O texto apresenta uma argumentação sólida e bem fundamentada, ligando os conceitos de avaliação e monitoramento das políticas públicas ao papel do BNDES. A apresentação de exemplos práticos, como o uso do monitoramento em programas de exportação, enriquece a análise e demonstra um entendimento aprofundado do tema.
- **Coesão:** Há um uso adequado de conectivos e transições, garantindo uma leitura fluida e mantendo a coesão temática ao longo do texto.
- **Nota Parcial:** 30/30

Nota Final na Avaliação do Uso do Idioma:

- **Conhecimentos Ortográficos e Gramaticais:** 35/35
- **Estrutura Textual:** 35/35
- **Coerência e Coesão:** 30/30
- **Nota Final:** 35 + 35 + 30 = **100/100**

2. Avaliação quanto aos Conhecimentos Específicos:

a) Conceito e Importância da Avaliação de Políticas Públicas (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** Define e explica claramente o conceito e a importância da avaliação de políticas públicas, destacando as

quatro dimensões (economicidade, eficiência, eficácia e efetividade). A análise é precisa e fundamentada.

- **Nota Parcial:** 20/20

b) Diferenciação entre Avaliação Ex Ante e Ex Post (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** Diferencia de forma clara as avaliações ex ante e ex post, discutindo como o BNDES utiliza essas abordagens para analisar os impactos de suas intervenções. A explicação é ilustrada com exemplos práticos, demonstrando a compreensão do tema.

- **Nota Parcial:** 20/20

c) Importância do Monitoramento e da Avaliação da Efetividade das Políticas Públicas (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** Aborda explicitamente a importância do monitoramento na avaliação da efetividade das políticas públicas, destacando como o BNDES aplica o monitoramento para ajustar e otimizar suas intervenções. Exemplos práticos são mencionados, mostrando o papel estratégico do banco na promoção do desenvolvimento sustentável.

- **Nota Parcial:** 20/20

d) Clareza e Coerência na Análise (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** A análise é clara, coerente e apresenta um encadeamento lógico das ideias. As discussões são aprofundadas e conectam efetivamente os conceitos de avaliação, monitoramento e o papel do BNDES.

- **Nota Parcial:** 20/20

e) Uso da Norma Padrão da Língua Portuguesa (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** O texto respeita as regras da língua portuguesa, com uma escrita precisa e sem erros ortográficos ou gramaticais.

- **Nota Parcial:** 20/20

Nota Final em Conhecimentos Específicos:

- **Total de Pontos:** 20 + 20 + 20 + 20 + 20 = **100/100**

Nota Final Ajustada:

- **Uso do Idioma (40%):** $100 \times 0.4 = 40$

- **Conhecimentos Específicos (60%):** $100 \times 0.6 = 60$
- **Total:** $40 + 60 = 100/100$

Comentários Gerais:

O texto apresenta uma argumentação sólida e bem fundamentada, explorando de forma abrangente a importância da avaliação e do monitoramento das políticas públicas, assim como o papel estratégico do BNDES nesse processo. A linguagem é clara e objetiva, demonstrando domínio da norma-padrão e uma excelente organização textual. O conteúdo é enriquecido por exemplos práticos e análises críticas, evidenciando um profundo conhecimento do tema. A resposta atende plenamente ao que foi solicitado, merecendo a nota máxima.

6. DISCURSIVA 3: IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA E O PAPEL DO BNDES

"A avaliação de políticas públicas envolve a utilização de indicadores para mensurar o progresso e os resultados das intervenções governamentais. No contexto atual, o Plano de Transformação Ecológica é um elemento-chave da neointustrialização e da descarbonização da economia brasileira. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem um papel fundamental na promoção e avaliação dessas políticas, fornecendo apoio financeiro e metodológico.

Com base nisso, elabore um texto dissertativo-argumentativo de 35 a 45 linhas abordando os seguintes aspectos, não necessariamente na ordem apresentada:

1. Explique a importância dos indicadores na avaliação de políticas públicas, especialmente no contexto da neointustrialização e da descarbonização econômica.

2. Analise como o Plano de Transformação Ecológica pode ser mensurado através de indicadores, destacando aqueles que seriam mais relevantes para acompanhar seu progresso.
3. Avalie o papel do BNDES na implementação e no monitoramento do Plano de Transformação Ecológica, destacando como o banco pode contribuir para a descarbonização e o desenvolvimento sustentável da economia."

6.2 SUGESTÃO DE RESPOSTA

Os indicadores desempenham um papel fundamental na avaliação de políticas públicas, servindo como ferramentas para mensurar o progresso e os resultados das intervenções governamentais. Eles fornecem informações objetivas que ajudam a compreender se uma política está atingindo suas metas, possibilitando ajustes e aprimoramentos quando necessário. No contexto da neoindustrialização e da descarbonização econômica, os indicadores tornam-se ainda mais essenciais, pois permitem avaliar o impacto de ações voltadas para a transformação ecológica e a sustentabilidade do desenvolvimento. Indicadores de emissões de gases de efeito estufa, eficiência energética e uso de fontes renováveis, por exemplo, são cruciais para medir os avanços em direção a uma economia de baixo carbono.

O Plano de Transformação Ecológica, elemento-chave da agenda de neoindustrialização do Brasil, busca promover um modelo de crescimento econômico que seja sustentável e alinhado com os objetivos de descarbonização. Para avaliar o progresso desse plano, é preciso utilizar uma variedade de indicadores, como a redução das emissões de carbono na indústria, o aumento da participação de fontes renováveis na matriz energética, e a eficiência no uso dos recursos naturais. Outros indicadores importantes incluem a taxa de reciclagem de resíduos industriais, a quantidade de empregos gerados em setores verdes e o volume de investimentos direcionados à inovação sustentável. Esses indicadores fornecem uma base para avaliar se as iniciativas estão efetivamente contribuindo para uma economia mais limpa e competitiva.

Nesse contexto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exerce um papel estratégico na implementação e no

monitoramento do Plano de Transformação Ecológica. O banco pode contribuir para a descarbonização da economia por meio de financiamentos direcionados a projetos que promovam a eficiência energética, a transição para fontes renováveis e a modernização sustentável da indústria. Ao atuar como agente financiador, o BNDES também pode definir critérios e condições para os projetos apoiados, incentivando o uso de práticas mais sustentáveis e a adoção de tecnologias de baixo carbono. Além disso, o banco pode auxiliar na construção e no acompanhamento de indicadores de impacto, avaliando se os investimentos realizados estão de fato contribuindo para a descarbonização e para o cumprimento das metas do plano.

O monitoramento dos indicadores pelo BNDES permite identificar gargalos e oportunidades no processo de transformação ecológica, promovendo ajustes nas estratégias de implementação conforme necessário. Por exemplo, se os indicadores apontarem que a redução das emissões de carbono não está ocorrendo conforme o previsto, o banco pode propor novas linhas de crédito ou revisar os critérios de elegibilidade dos projetos, direcionando recursos para iniciativas mais eficazes. Essa atuação proativa do BNDES é fundamental para garantir que a neointustrialização se alinhe aos objetivos de desenvolvimento sustentável, promovendo a descarbonização e a competitividade da economia brasileira no cenário global.

Em conclusão, os indicadores são ferramentas indispensáveis na avaliação de políticas públicas voltadas para a neointustrialização e a descarbonização da economia. O Plano de Transformação Ecológica, por meio desses indicadores, pode ser monitorado e ajustado para alcançar seus objetivos. O BNDES, como agente financiador e parceiro estratégico, desempenha um papel central tanto na implementação do plano quanto na avaliação de seu impacto, contribuindo de maneira decisiva para a promoção de um desenvolvimento sustentável e inovador no Brasil.

6.3 ESPELHO DE CORREÇÃO

1. Avaliação quanto ao uso do idioma:

a) Conhecimentos Ortográficos e Gramaticais (35% da nota total):

- **Avaliação:** O texto apresenta domínio da norma-padrão da língua portuguesa. A escrita é clara e precisa, com o uso adequado das estruturas gramaticais e de pontuação. Não há erros ortográficos ou gramaticais, o que facilita a compreensão e a fluidez do texto.

- **Nota Parcial:** 35/35

b) Estrutura Textual (Introdução, Desenvolvimento, Conclusão) (35% da nota total):

- **Introdução:** Estabelece o tema de maneira clara, contextualizando a importância dos indicadores na avaliação das políticas públicas e antecipando os pontos a serem discutidos.
- **Desenvolvimento:** Explora os três aspectos propostos – importância dos indicadores na avaliação, mensuração do Plano de Transformação Ecológica e o papel do BNDES no monitoramento e implementação – com exemplos e análises bem fundamentadas. Há uma coesão interna entre os parágrafos e transições suaves que mantêm a linha argumentativa coerente.
- **Conclusão:** Resume os pontos discutidos, reforçando a importância dos indicadores e do papel estratégico do BNDES na promoção do desenvolvimento sustentável e na descarbonização da economia.
- **Nota Parcial:** 35/35

c) Coerência e Coesão (30% da nota total):

- **Coerência:** O texto apresenta uma argumentação consistente e bem fundamentada, ligando os conceitos de indicadores à avaliação de políticas públicas e ao papel do BNDES no Plano de Transformação Ecológica. A apresentação de exemplos concretos, como a importância da eficiência energética, enriquece a análise e demonstra um entendimento profundo do tema.
- **Coesão:** Uso adequado de conectivos e transições que conectam as ideias de forma fluida, garantindo uma leitura agradável e mantendo a coesão temática ao longo do texto.
- **Nota Parcial:** 30/30

Nota Final na Avaliação do Uso do Idioma:

- **Conhecimentos Ortográficos e Gramaticais:** 35/35
- **Estrutura Textual:** 35/35
- **Coerência e Coesão:** 30/30
- **Nota Final:** 35 + 35 + 30 = **100/100**

2. Avaliação quanto aos Conhecimentos Específicos:

a) Importância dos Indicadores na Avaliação de Políticas Públicas (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** Explica de maneira clara e objetiva a importância dos indicadores na avaliação das políticas públicas, com destaque para o contexto da neindustrialização e da descarbonização econômica. A análise é precisa e fundamentada.
- **Nota Parcial:** 20/20

b) Mensuração do Plano de Transformação Ecológica por Meio de Indicadores (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** Aborda de forma abrangente como o Plano de Transformação Ecológica pode ser mensurado por meio de indicadores relevantes, como emissões de carbono, eficiência energética, e participação de fontes renováveis. A análise é ilustrada com exemplos práticos, demonstrando compreensão do tema.
- **Nota Parcial:** 20/20

c) Papel do BNDES na Implementação e Monitoramento do Plano (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** Avalia o papel do BNDES na implementação e monitoramento do Plano de Transformação Ecológica, destacando como o banco pode contribuir para a descarbonização da economia. Inclui exemplos claros, como a definição de critérios para projetos financiados e a análise de impacto.
- **Nota Parcial:** 20/20

d) Clareza e Coerência na Análise (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** A análise é clara, coerente e apresenta um encadeamento lógico das ideias. As discussões são aprofundadas e conectam efetivamente os conceitos de indicadores, plano de transformação ecológica e o papel do BNDES.
- **Nota Parcial:** 20/20

e) Uso da Norma Padrão da Língua Portuguesa (0 - 20 pontos):

- **Avaliação:** O texto respeita as regras da língua portuguesa, com escrita precisa e sem erros ortográficos ou gramaticais.
- **Nota Parcial:** 20/20

Nota Final em Conhecimentos Específicos:

- **Total de Pontos:** 20 + 20 + 20 + 20 + 20 = **100/100**

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) 2024
www.igepp.com.br

Nota Final Ajustada:

- **Uso do Idioma (40%):** $100 \times 0.4 = 40$
- **Conhecimentos Específicos (60%):** $100 \times 0.6 = 60$
- **Total:** $40 + 60 = 100/100$

Comentários Gerais:

O texto apresenta uma argumentação sólida e bem fundamentada, explorando de maneira abrangente a importância dos indicadores e o papel do BNDES no Plano de Transformação Ecológica. A linguagem é clara e objetiva, demonstrando domínio da norma-padrão e uma excelente organização textual. O conteúdo é enriquecido por exemplos e análises críticas, evidenciando um profundo conhecimento do tema. A resposta atende plenamente ao que foi solicitado, merecendo a nota máxima.